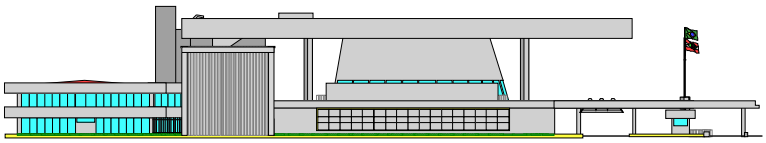
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI | FLORIANÓPOLIS, 2 DE ABRIL DE 2012 | NÚMERO 6.397

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dado Cherem

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sivio Dreveck
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Carlos Chiodini – Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE
Serafim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI
NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 007ª Sessão Especial realizada em 27/03/2012, às 19 Horas 2
Ata da 022ª Sessão Ordinária realizada em 28/03/2012.....6
Ata da 008ª Sessão Especial realizada em 28/03/2012.....14

Publicações Diversas
Ata da Coordenadoria de Documentação.....19
Atas de Comissões Permanentes.....19
Aviso de Licitação 20
Aviso de Resultado 20
Extratos.....21
Portarias.....21
Projeto de Lei 24
Redações Finais 24
Relatório.....24

PLENÁRIO

ATA DA 007ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2012, ÀS 19 HORAS
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO
HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE SUPERMERCADOS - ACATS
PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO DARCI DE MATOS

SUMÁRIO

DEPUTADO GELSON MERISIO - Lembra a importância do segmento supermercadista para SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Destaca a importância da Acats para a economia catarinense.

ADRIANO MANOEL DOS SANTOS - Agradece à Alesc a homenagem e discorre sobre as atividades da Acats.

MÁRCIO MILAN - Cumprimenta a Acats pelos 40 anos de atividade.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ressalta a importância do setor supermercadista na economia e na vida dos catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os excelentíssimos deputados José Nei Ascari e Elizeu Mattos para conduzirem até a mesa os seguintes convidados que nos honram com sua presença:

Excelentíssimo senhor ex-deputado e secretário Executivo de Articulação Estadual, Gelson Sorgato, neste ato representando o governador do estado;

Ilustríssimo senhor Marcelo de Tarso Zanelatto, promotor de Justiça, neste ato representando o procurador-geral de Justiça Lio Marcos Marin;

Ilustríssimo senhor Adriano Manoel dos Santos, presidente da Associação Catarinense dos Supermercados - Acats;

Ilustríssimo senhor Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira dos Supermercados;

Ilustríssimo senhor Atanázio dos Santos Netto, presidente do conselho deliberativo da Associação Catarinense dos Supermercados e delegado junto à Associação Brasileira de Supermercados;

Ilustríssimo senhor ex-deputado estadual Antônio Ceron, representando os ex-presidentes da Acats;

Em homenagem a todos os deputados estaduais que subscreveram a solicitação da realização desta sessão especial, convido para fazer parte da mesa, o prezado deputado Darci de Matos.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, esta sessão especial foi convocada por solicitação do deputado Darci de Matos e aprovada por unanimidade pelos deputados, em homenagem à Associação Catarinense de Supermercados pela passagem dos seus 40 anos.

Convido todos para ouvirmos a interpretação do Hino Nacional pela cantora Débora Almeida, acompanhada pela pianista Maria Tereza Remor da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Destacamos a presença nesta Casa dos deputados Elizeu Mattos, Maurício Eskudlark, Dóia Guglielmi e José Nei Ascari.

Da mesma forma registramos a presença do sr. Conrado Coelho Costa Filho, neste ato representando o sr. Glauco José Corte, presidente do sistema Fiesc, e do sr. José Natal Pereira, secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte.

É praxe desta Casa que o deputado proponente presida as sessões especiais em homenagem a entidades do nosso estado. Por

isso, antes de passar a condução dos trabalhos ao deputado Darci de Matos, que é o proponente desta sessão, permitam-me cumprimentar de forma muito carinhosa todos os srs. supermercadistas que aqui estão, especialmente os meus conterrâneos Marcos Mesquita e Amauri Batiston.

Um abraço a todos os senhores e registro ainda a importância desse segmento à nossa sociedade, na qualidade dos serviços e no carinho com que são tratados os clientes e a população.

Santa Catarina tem muito orgulho do setor supermercadista e esta Casa, quando homenageia a Acats, reverencia todos os seus membros, desde aquele lá do interior do estado, até os proprietários das grandes redes, que juntos constroem conosco um estado diferenciado.

Parabéns pelos 40 anos e sucesso na atividade!

Neste momento passo a condução dos trabalhos ao deputado Darci de Matos, para que se cumpra a tradição desta Casa.

Muito obrigado a todos e boa-noite!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Obrigado, sr. presidente!

Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Saúdo o presidente da sessão, deputado Darci de Matos, e agradeço a deferência, pois aqui todos estamos bem representados por v.exa.

Quero saudar o sr. Adriano Atanazio e pedir permissão para saudar também Francisco Antônio Crestani e Eulo Centenaro, supermercadistas que são um exemplo na região oeste catarinense.

Saúdo todas as autoridades aqui presentes e registro a importância deste evento, nós que temos tido o cuidado, nas comissões desta Casa, de preservar e de homenagear o trabalho que o setor supermercadista desenvolve em Santa Catarina.

Vemos todos os dias novas exigências para que os supermercadistas atendam ao consumidor, mas a verdade é que, como o trabalhador, o segmento patronal também não pode ser onerado de forma muitas vezes populista.

Não estava programada a minha fala, mas tenho muito orgulho de, neste momento, estar presente num ato de tamanha relevância para o estado de Santa Catarina, no momento em que o Poder Legislativo reconhece o trabalho desses empreendedores.

Então, agradeço ao presidente desta sessão, deputado Darci de Matos, que tem sido um baluarte em defesa dessa classe nesta Casa, sempre contando com o apoio de todos os demais deputados. Parabéns, deputado, pela iniciativa, pela homenagem, pela forma como tem trabalhado em prol do estado de Santa Catarina.

Que Deus os abençoe e que tenham um grande evento hoje. Sei que depois todos têm mais uma solenidade. Então, que todos esses atos sejam abençoados, pois são o reconhecimento do trabalho empreendido em favor dos catarinenses e de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Convido o mestre-de-cerimônias Washington Luis Mignoni para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Ernesto José Naressi, gerente comercial da Casaredo Indústria Alimentícia S/A;

Senhor Enori Barbieri, presidente da Cidasc e vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina;

Senhor Osvaldo Moritz, ex-presidente da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor João Batista Lohn, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados, vice-presidente do CDL e vice-presidente dos Supermercados Imperatriz;

Senhor Inácio Passos Pereira, diretor dos Supermercados Comper;

Senhora Denise Rezende, gerente-geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

Senhor Marcelo Seemann, vice-presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

Senhor Osmar José Koerich, sócio-proprietário do Supermercado Florêncio;

Senhor Odemar Müller, diretor-presidente da Distribuidora Müller;

Senhor Antônio Carlos Poletini, diretor-executivo da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Eduardo Archer, diretor dos Supermercados Archer;

Senhor Renato de Melo Vianna, vice-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;

Senhor Zefiro Giassi, conselheiro da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Egídio Alberto Locks, ex-presidente da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Adalberto Bombazar, gerente comercial do Althoff Supermercados Ltda.;

Senhor Anísio Lahn, diretor de Produto da Amcom - Sistema de Informação;

Senhor Sérgio de Souza Cardoso, gerente de vendas da Parati S/A;

Senhor Eloir Chemin, gerente de vendas da Parati S/A;

Senhor Jair José Santana, diretor comercial da Parati S/A;

Senhor Nilton Bolan, membro do conselho da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Armando Bif, presidente da Cooperativa Fumacense de Eletricidade;

Senhor Rogério Gomes Penctra, gerente de planejamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul;

Senhor Ivan Arino Kwitschl, cofundador e ex-presidente da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Adolar Félix Carstens, ex-secretário da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Alexander Nunes, diretor do Supermercado Mini Preço;

Senhor Aderbal Manoel dos Santos, prefeito do município de São João Batista;

Senhor João Henrique Bortoluzzi, assessor jurídico, neste ato representando o Bistek Supermercados;

Senhor Osnildo Maçaneiro, vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc;

Senhor Hercílio Schmitt, presidente da Cooper Blumenau;

Senhor Júlio Sortica, editor da *Super Sul*;

Senhor Francisco Antônio Crestani, vice-presidente do setor de supermercados da Fecomércio/SC;

Senhor José Evaldo Kock, diretor-presidente do Supermercado Kock;

Senhor Antônio Ceron, ex-deputado, ex-presidente da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Fabrício Iagher, supervisor de vendas da Fricasa;

Senhor Nelson Conte, diretor comercial da Fricasa,

Senhor Dalmor Badotti, vice-presidente da região oeste da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Pedro Damião Reis Filho, vice-presidente da região norte da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Alexandre Simioni, vice-presidente da região meio-oeste da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Eulo Centenaro, vice-presidente da região extremo oeste da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Eduardo Cidade, diretor da Walmart Brasil;

Senhor Zulmar José Kretzer, diretor da Distribuidora Kretzer Ltda. e vice-presidente da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses, representando neste ato o presidente Telmo Sandro Poli;

Senhor Ivan Luiz Tridapalli, membro do Conselho Deliberativo da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Amauri Batiston, diretor-presidente da Comercial Celeiro Ltda.;

Senhor Joacir Siqueira de Souza, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, Carnes Frescas e seus Derivados de Joinville;

Senhora Cíntia Vilma Maiochi, assessora de eventos do Grupo Sul Brasil;

Senhor David Fadel, diretor da Fadel Cursos Empresariais;

Senhora Surama Jurdi, diretora da Ágape do Brasil;

Senhor Francisco Dagostini, representando neste ato Osvaldo Dagostini, ex-presidente da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Moisés Isidoro Coelho, neste ato representando Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária de Santa Catarina;

Senhor Rodrigo Minotto, superintendente regional de Trabalho e Emprego de Santa Catarina;

Senhor Oberdã Santos, diretor-presidente do Grupo BR Santos - Indústria Química;

Senhor Sálvio Luiz de Souza, diretor dos Supermercados Magia;

Senhora Clarice Cascaes Guidi, neste ato representando o senhor Nereu Guidi, *in menoriam*, ex-presidente da Acats;

Senhora Vanessa Dinslaken Goulart, assessora de Eventos do Grupo Sul Brasil; e

Senhor Sílvio Lummertz da Silva, ex-vice-presidente da Acats.

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Catarinense de Supermercados pela passagem dos seus 40 anos na busca da qualificação dos colaboradores e satisfação das necessidades dos associados e da sociedade em geral, garantindo posicionamento e imagem forte no campo político e social, ratificando o compromisso de bom atendimento aos consumidores.

Convido o sr. deputado Darci de Matos para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, aos srs. Adriano Manoel dos Santos, presidente da diretoria executiva e Anatazio dos Santos Netto, presidente do Conselho Deliberativo da

Associação Catarinense de Supermercados, representando neste ato a entidade homenageada.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando sequência à solenidade, a Associação Catarinense de Supermercados presta homenagem ao sr. deputado Darci de Matos.

Convido os senhores Adriano Manoel dos Santos e Atanázio dos Santos Netto para fazerem a entrega da homenagem ao sr. deputado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Peço aos srs. Adriano Manoel dos Santos e Atanázio dos Santos Netto que permaneçam à frente para fazer a entrega do livro *40 anos da Associação Catarinense de Supermercados*.

Convido o sr. deputado Maurício Eskudlark para receber o livro.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Convido agora o presidente da sessão, deputado Darci de Matos.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Convido para receber o livro agora o sr. deputado Elizeu Mattos.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Convido para receber o livro o sr. deputado Dóia Guglielmi.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Dando sequência, convido para receber o livro o secretário do Turismo, Cultura e Esporte, ex-deputado José Natal Pereira.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Agradecemos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Quero registrar com satisfação a presença do dr. Nelson Santiago, presidente do Badesc.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o sr. Adriano Manoel dos Santos, presidente da Associação Catarinense de Supermercados.

O SR. ADRIANO MANOEL DOS SANTOS - Boa-noite a todos!

(Passa a ler.)

"Em nome do presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, desejo externar meus cumprimentos a todos os integrantes da mesa já nominada, bem como saudar todos os parlamentares, supermercadistas, associados, diretores e conselheiros das Acats, empresários, imprensa e convidados.

Queremos fazer uma saudação especial e manifestar nosso agradecimento ao deputado estadual Darci de Matos, proponente desta sessão especial que homenageia os 40 anos da entidade.

Senhoras e senhores, a Associação Catarinense de Supermercados completa neste ano de 2012 seus 40 anos de fundação. Resultado da visão de supermercadistas empreendedores preocupados com a defesa do setor, a Associação foi construindo ao longo dos anos uma história de sucesso e de bons resultados.

Consolidada como uma entidade que representa um segmento tão importante para a economia e também para a sociedade, a Acats está-se estruturando cada vez mais e melhor para atender aos seus associados, gerando segurança jurídica, defesa dos interesses do setor, com total respeito ao consumidor.

Nesta importante data, queremos homenagear e agradecer a todos as pessoas que contribuíram e contribuem com todo esse processo: ex-presidentes, colaboradores, empresários e colaboradores dos supermercados, conselheiros, vice-presidentes, autoridades, imprensa e outras entidades que, através de parcerias, ajudaram a consolidar esse projeto.

Através de programas de capacitação, do ExpoSuper, de encontros regionais, de convenção de supermercadistas, de reuniões dos comitês de assuntos jurídicos, tributários e dos recursos humanos e perdas, de audiências com autoridades para a defesa do setor, entre outras ações, a Acats vai-se consolidando como uma entidade especializada com foco e determinação.

Embora seja uma entidade de representação classista institucional do empresariado supermercadista catarinense, ao longo destes 40 anos de existência, a Acats sempre buscou estar ao lado daquele que é o principal motor de nosso negócio, o consumidor, além de estabelecer laços estreitos e proveitosos com todas as estruturas diretivas dos poderes públicos.

Nossas iniciativas buscam a parceria e a convivência harmoniosa com todas as esferas públicas e privadas.

No Legislativo criamos canais de negociação para apresentarmos nossos pleitos e reivindicar projetos que sabidamente trarão benefícios para toda a sociedade.

Com o Judiciário entabulamos fóruns de debates nas esferas onde tramita o conjunto de regras regulatórias de nossa atividade comercial.

Com o Poder Executivo, delineamos iniciativas conjuntas capazes de fomentar atividades econômicas de todos os setores ligados diretamente ao setor supermercadista.

Nesse particular, queremos destacar as parcerias com o Inmetro/SC, o Ministério Público, as secretarias da Saúde, da Justiça e Cidadania e da Agricultura e Pesca e com tantas outras instituições, desenvolvendo projetos de ampla repercussão junto à sociedade.

Recentemente sacramentamos o termo de cooperação técnica com a secretaria da Justiça e Cidadania, através do Procon, para a execução do projeto de Olho na Validade, que amplia um direito ao consumidor em relação ao prazo de validade dos produtos.

Com a secretaria da Agricultura e Abastecimento, renovamos nosso projeto de apoio aos pequenos agricultores e às pequenas empresas catarinenses, abrindo espaço com um pavilhão específico na ExpoSuper 2012, que será realizada no próximo mês de junho, em Joinville.

Esses são apenas alguns exemplos de uma série de ações, projetos e parcerias que estão sendo desenvolvidas pela Acats em busca do bem comum da sociedade.

As iniciativas na Acats têm alcançado repercussão nacional e internacional, evidenciando-se pelo pioneiro e arrojado programa Supermercado Lixo Zero, através do qual pretendemos que as empresas associadas da Acats consigam, até 2020, estar com 100% de destinação correta de todos os seus resíduos, atendendo à nova legislação dos resíduos sólidos.

Temos também a primazia avalizada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), aqui representada pelo seu vice-presidente de Relações Políticas e Institucionais, Márcio Milan, como entidade piloto no desenvolvimento do Programa de Rastreabilidade de Produtos e o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos alimentos.

Quando completa 40 anos, a Acats mira no seu futuro e nos novos desafios a serem assumidos. Afinal, tão importante quanto atingir o sucesso é alcançar a maturidade para administrá-lo. A Acats não tem a pretensão de ser a maior associação de supermercados do Brasil, mas pretende no curto prazo ser conhecida e reconhecida como uma referência nacional em termos de modelo de associação. Queremos desde já contar com o apoio de todos, das autoridades aqui presentes e representadas e especialmente de nossos associados para a conquista de mais este objetivo, e faremos de tudo para alcançá-lo.

Por fim, queremos novamente agradecer ao deputado Darci de Matos, proponente desta homenagem, estendendo também aos demais parlamentares e colaboradores desta Casa que enchem de orgulho todos os catarinenses.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) -Registro a presença do sr. Jackson Martendal, vice-presidente da Acats do planalto serrano; do sr. Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas de Santa Catarina; do sr. Adriano Avelino, consultor de negócios da *Ticket*; e Edison de Lima, assessor de negócios da Associação Brasileira de Automação.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

O SR. MÁRCIO MILAN - Em nome do excelentíssimo deputado Darci de Matos, quero cumprimentar todos os membros da mesa e os parlamentares presentes.

Em nome dos srs. Adriano Manoel dos Santos e Atanázio dos Santos Netto, quero cumprimentar todos os colegas supermercadistas, e, em nome da dra. Denise, da Anvisa, cumprimento todas as senhoras presentes, dizendo da minha felicidade por estar aqui com os supermercadistas para comemorar os 40 anos da Acats.

Não é uma coincidência, mas neste ano, neste mês, eu completo 40 anos de supermercado, de trabalho nesse ramo. Nós sabemos o quanto é desafiante o nosso dia a dia, buscando atender cada vez melhor aos consumidores. Estou bastante feliz por este momento e trago um abraço carinhoso do presidente Sussumu Honda, que está em viagem à Europa atualizando-se para trazer novos conhecimentos para que possamos enfrentar os desafios que se apresentam diariamente.

O setor supermercadista vive um momento de mudanças e está passando por algumas transformações de formato, de envolvimento, de ampliação de sortimentos. E nós sabemos o quanto temos que nos esforçar para atender a cada dia mais consumidores. Para se ter uma ideia, diariamente entram nos supermercados do Brasil cerca de 25 milhões de consumidores, que estão à procura de novos produtos, novos serviços.

Ao mesmo tempo, sabemos também que no Congresso Nacional existem vários projetos de lei sendo discutidos visando atender cada vez melhor ao consumidor. Precisamos que o Congresso nos ouça para que juntos possamos construir a melhor alternativa.

Se eu pudesse fazer um pedido agora, deputado Darci de Matos, seria que esta Casa sempre tivesse disposição para nos ouvir, porque ao longo desse tempo temos conseguido grandes avanços, não apenas na área legislativa, mas na área executiva, quando procuramos uma solução em conjunto.

Temos vários trabalhos entregues ao ministério da Agricultura, ao ministério do Meio Ambiente, ao ministério da Saúde e à Anvisa, com o objetivo sempre de melhorar a qualidade dos serviços e também o atendimento aos consumidores.

Há uma série de itens que gostaríamos de colocar aqui, mas fico por aqui porque hoje é um dia de festa e vamos aproveitar para comemorar esses 40 anos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - Esta Presidência quer registrar ainda a presença das seguintes personalidades:

Senhor Amauri Batiston, vice-presidente de Marketing e Eventos da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhora Luciane Beltrame, gerente de Compras do Supermercado Santos;

Senhor Ricardo Teixeira, gerente comercial do Tiele Supermercados, de Braço de Norte;

Senhor Joel da Costa, vice-presidente da região do vale do Itajaí da Associação Catarinense de Supermercados;

Senhor Jeovagner da Silva, vice-presidente de Recursos Humanos e Qualidade e vice-presidente da região sul da Associação Catarinense de Supermercados; e

Senhor Joasiano Saquetti, vice-presidente Institucional da Associação Catarinense de Supermercados.

Neste momento, convido o eminente deputado Elizeu Mattos para assumir a condução desta sessão para que eu possa fazer uso da palavra na qualidade de proponente desta sessão especial.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Neste momento, concedo a palavra ao deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Desejo com grande alegria e muito respeito saudar todos prezados supermercadistas catarinenses, autoridades, imprensa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Faço também uma saudação especial, efusiva ao presidente da Associação Catarinense de Supermercados de Santa Catarina, o empresário Adriano Manoel dos Santos, e estendo a saudação a todos os demais empresários que se fazem presentes.

Saúdo o amigo particular, Atanázio dos Santos Netto, presidente do conselho deliberativo da Associação Catarinense de Supermercados e delegado junto à Associação Brasileira de Supermercados.

Quero fazer a minha saudação ao secretário Gelson Sorgato, que representa neste ato o governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo; ao dr. Marcelo Tarso Zanellato, promotor de Justiça, que neste ato representa o dr. Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça deste estado.

Faço ainda uma saudação ao sr. Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados e ao amigo particular, ex-secretário da Casa Civil, ex-presidente da Acats, que nos dá a honra da sua presença, o amigo de todos nós, Antônio Ceron.

Deputado Elizeu Mattos, perguntaram-me hoje se eu tinha proposto uma homenagem do Parlamento catarinense a uma instituição privada e eu respondi que sim. Essa proposição cumpre o objetivo de homenagear a Acats. E quando falamos da Acats, estamos falando de uma entidade que congrega 670 empresas no estado de Santa Catarina, com aproximadamente 70 mil trabalhadores. Estamos falando de uma entidade empresarial que, a exemplo de muitas outras neste estado, tem preocupação com a questão econômica e corporativa do segmento de supermercadistas. Mas, mais do que isso, tem uma preocupação com a questão social, com a qualidade de vida da população catarinense.

Eu diria que as empresas que aqui estão, que são representadas pela Acats, são empresas cidadãs, porque têm responsabilidade social, preocupam-se com a nossa comunidade, têm responsabilidade econômica e são as maiores arrecadadoras de impostos do estado, aquecendo a nossa economia, gerando postos de trabalhos sustentáveis, porque têm também preocupação ambiental, ecológica e com a sustentabilidade.

Portanto, essa é a justificativa da proposição, no meu entendimento pertinente, para homenagear a Acats, que comemora neste ano 40 anos de existência em nosso estado.

Vou fazer, rapidamente, algumas observações que escrevi após uma pequena pesquisa.

(Passa a ler.)

"Peter Drucker, o papa dos administradores do século XX, dizia: 'Um bom chefe faz com que os homens comuns façam coisas incomuns'. E isso tem acontecido com frequência no setor do comércio, que deu um grande salto nas últimas décadas. E a Acats, fundada em 17 de fevereiro de 1972, é uma prova desse avanço. São 40 anos de luta, de serviços prestados à sociedade catarinense."

Aproveito para fazer uma saudação ao eminente deputado Renato Hinnig, secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

(Continua lendo.)

"Naquela época, o setor supermercadista, arrisco afirmar, estava engatinhando e a nova entidade teve como principais objetivos o aprimoramento da mão de obra das lojas de supermercados, a melhoria do intercâmbio com os centros maiores, a atuação regionalizada e a defesa de pleitos comuns aos supermercadistas. A partir de então foi perceptível o crescimento do supermercado na distribuição de alimentos.

Essa evolução imprimiu um forte ritmo de desenvolvimento ao setor, com uma grande competitividade entre as lojas. Por causa disso as empresas têm buscado caminhos criativos e eficientes, procurando uma diferenciação no negócio. Após o Plano Real, o volume de vendas cresceu, mas as margens de lucro foram pressionadas para baixo, levando as empresas a perseguir vantagens competitivas por meio de serviços melhores e da busca incessante de eficiência administrativa.

O século XXI será o século da qualidade. Assim, imaginamos que a melhoria da qualidade deva ser um caminho natural para o varejista na conquista da produtividade. As empresas hoje estão-se esforçando mais para reter, para manter os seus consumidores. A partir do Código de Defesa do Consumidor, no início dos anos 90, mudou a atitude do consumidor, que está mais exigente, e também as empresas estão mais preocupadas e cientes da importância de atender bem a todos.

As empresas vitoriosas são aquelas que efetivamente oferecem qualidade em produtos e serviços. Tudo isso é feito para atender uma única filosofia: o consumidor tem sempre razão. E esses ensinamentos foram repassados pela Acats, nas últimas quatro décadas, a seus associados, contribuindo para a melhoria de toda a sociedade.

Eu gostaria de prestar uma homenagem especial ao primeiro presidente da entidade, sr. Pedro Bencz, que juntamente com a sua equipe, na cidade de Joinville, teve a visão de fundar essa instituição que vem sendo tão importante para o contexto social e econômico de Santa Catarina.

Também faço referência ao atual presidente executivo, sr. Adriano Manoel dos Santos, que tem dirigido a entidade com muita coragem, com muita inteligência e que tem, como disse no seu discurso, estabelecido um relacionamento excepcional com o Poder Executivo, com o Poder Legislativo e com as demais instituições do estado de Santa Catarina.

Faço referência, de igual forma, ao meu amigo particular, sr. Atanázio dos Santos Netto, delegado junto à Abras, e ao diretor-executivo Antonio Carlos Poletini, que tem interagido com o Parlamento.

Encerro as minhas palavras, sr. presidente, parabenizando a instituição pelo lançamento do livro, pelo excepcional trabalho econômico e social realizado no estado de Santa Catarina, externando aqui a certeza de um grande sucesso dessa instituição e que possamos continuar todos irmanados trabalhando para a melhoria da qualidade de vida da gente de Santa Catarina."

Um grande abraço, parabéns pelos 40 anos e felicidade a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Elizeu Matos) - Antes de devolver a condução dos trabalhos ao deputado Darci de Matos, quero registrar a presença, nesta Casa, do sr. Aristides Nunes, da Parati, e também do deputado e secretário Renato Hinnig.

Neste momento, devolvo a presidência dos trabalhos ao eminente deputado Darci de Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos prestigiaram com o seu comparecimento a esta sessão especial tão significativa.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pela cantora Débora Almeida, acompanhada da pianista Maria Teresa Remor Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão especial, convoca outra, ordinária, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini -Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica a instalação da comissão especial que analisará indicação do governador para compor a diretoria da Agesan.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Reporta-se ao PL n. 0120/2012, que dispõe sobre a reversão de imóvel ao município de Florianópolis.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Fala sobre o Código Florestal que está na iminência de ser votado no Congresso Nacional.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabeniza o Ministério Público pela explanação feita pelo procurador-geral Lio Marcos Marin.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à votação do Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta preocupação com a área da saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabeniza os organizadores do *Coletivo Catarinense - Memória, Verdade e Justiça*.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra visita ao município de Bocaina do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a Assembleia tem emitido vários sinais e parece até que a assessoria conspira para indicar a este deputado que o seu tempo de permanência nesta Casa se aproxima do fim.

Quando cheguei aqui, há quatro mandatos, era o mais novo daquela legislatura, deputado Antônio Aguiar, e agora acabei de receber o Ato da Presidência n. 0009/2012, para fazer a leitura e a convocação na condição de deputado mais experiente.

Na condição de deputado mais experiente também, v.exa. constituiu o Ato n. 0009/2012, constituindo comissão especial integrada por este deputado e os deputados Elizeu Mattos, Aldo Schneider, Serafim Venzon, Pedro Baldissera, Ismael dos Santos e Sargento Amauri Soares, com a finalidade de apreciar a indicação do sr. governador do estado do nome sr. Marco Antônio Azambuja para compor a diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços e Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan, no cargo de diretor jurídico.

Então, na condição de deputado mais experiente dos indicados, convoco s.exas. para, às 15h, no gabinete de v.exa., sr. presidente, com a sua permissão, fazermos a instalação da comissão e a eleição do presidente e do relator para a apreciação dos nomes.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Joares Ponticelli, teremos agora uma sessão especial, cumprindo preceito constitucional, destinada a ouvirmos o relatório de atividades do Ministério Público Estadual, do ano de 2011. Tão logo seja concluída essa sessão especial, ficam convocados os membros da comissão para comparecerem ao gabinete da Presidência.

Esta Presidência vai suspender a presente sessão ordinária, para que possamos realizar uma sessão especial, a fim de ouvirmos o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na pessoa do procurador-geral, dr. Lio Marcos Marin.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Gostaria de registrar a presença dos representantes dos trabalhadores da área da Saúde, do Sindsaúde e também do Fórum Catarinense em Defesa do Sistema Único de Saúde e contra as Privatizações da Área da Saúde.

Sejam muito bem-vindos!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero apenas reforçar o convite aos membros da Comissão Especial para que nos dirijamos ao gabinete da Presidência para a instalação da comissão, a eleição do presidente e do relator e para analisar a indicação feita pelo sr. governador para a Agência Catarinense, relativa à substituição de vagas na agência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está feito o convite.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. e sras. telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna na tarde de hoje, srs. deputados e sras. deputados, para tratar de um assunto extremamente importante e que toca no dia a dia do florianopolitano, de todas aquelas pessoas que para cá correm para trabalhar ou para nos visitar e das pessoas que estudam e trabalham na Universidade Federal de Santa Catarina.

Deputado Romildo Titon, há muito se houve a expressão mobilidade urbana, o que nada mais é do que trânsito parado, excesso de carros, cidade crescendo e o arruamento ficando na mesma situação de dez, 20 anos atrás.

Uma situação que mexeu com a cidade de Florianópolis e que mexe sobretudo com a comunidade da Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Saco dos Limões diz respeito à duplicação da rua Antônio Edu Vieira, que leva exatamente o campus da universidade ao Saco dos Limões.

Na época em que Angela Amin era prefeita de Florianópolis foi elaborado um projeto para a duplicação daquela rodovia, bem como foi contratado um empréstimo internacional para fazer a referida duplicação.

Vejam, sr. presidente e srs. deputados, que há mais de dez anos estamos no impasse de querer fazer a duplicação da rodovia para resolver a questão da mobilidade da região. Mas, infelizmente, o conselho universitário da referida universidade se nega a doar apenas 20.000m² do terreno doado pelo governo do estado para que a prefeitura possa fazer a duplicação praticamente do trevo do Córrego Grande até o trevo da Eletrosul. São 20.000m² de um total de quase 1.000.000m² que a Universidade Federal de Santa Catarina recebeu por doação do governo do estado.

Srs. deputados e sras. deputados, que, na condição de secretário de estado da Administração, no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira, por intermédio da Lei n. 13.000, de 18 de junho de 2004, fez-se a regularização para a doação de todos os terrenos do campus da UFSC instalado no bairro da Trindade. Foram várias glebas de terra

que esta Casa, deputado Romildo Titon - e v.exa. já estava aqui naquela época -, votou favoravelmente para que o estado pudesse fazer a doação para regularizar as terras que hoje pertencem à universidade.

Pois bem, a própria universidade, juntamente com a especulação imobiliária, vem dificultando a mobilidade urbana naquela região. Mas a prefeitura municipal, ao longo desse tempo, tem procurado solucionar o problema para dar a dita mobilidade urbana à população que lá se encontra.

Imaginem que, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores, depois de quase dez anos de discussão, depois de quase dez anos do projeto pronto, depois dos quase dez anos dos recursos em caixa, a Universidade Federal de Santa Catarina simplesmente diz não à duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira. E a população catarinense fica estarrecida quando lê matérias como esta publicada no jornal *Notícias do Dia*, no dia 14 de março: *Passo atrás na rua Edu Vieira*. Também o *Diário Catarinense* do dia 14 de março traz uma matéria de página inteira: *Mobilidade na Capital - UFSC Adia Decisão sobre Terreno*. E assim sucessivamente.

Deputado Romildo Titon, o art. 3º, *caput*, da Lei n. 13.000, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 3º. O donatário não poderá, sob pena de redenção, desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel salvo por interesse público devidamente justificado com a anuência escrita do doador."

Quer dizer, parte do terreno não foi utilizada para a instalação do *campus*. E se não foi utilizada para a instalação do *campus,* é passível de reversão e de doação à prefeitura municipal da capital.

Por isso, deputado Romildo Titon, senti-me na obrigação de protocolar nesta Casa o Projeto de Lei n. 0120/2012, que dispõe sobre a reversão de imóvel ao município de Florianópolis, conforme prevê a Lei n. 13.000, de 18 de junho de 2004.

Esta Casa tem competência! Se legislou em 2004 em favor da Universidade Federal de Santa Catarina, regularizando todos os imóveis, por que não pode proceder à competente reversão? É isso que esta Casa pode fazer!

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Quero parabenizar v.exa., deputado Marcos Vieira, pelo tema levantado, que é a grande preocupação de todos aqueles que residem na capital do estado e também daqueles que por aqui passam: o problema da mobilidade urbana, que a cada dia se torna mais difícil e mais complexo e que não tem prazo para terminar, sem dúvida nenhuma.

O meio-oeste catarinense, diante de toda essa situação que a capital enfrenta; o meio-oeste que é o centro do estado de Santa Catarina, que é o miolo do estado de Santa Catarina, espera de braços abertos a transferência da capital para lá, o que resolveria o grande problema de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado Romildo Titon.

Rogo ao Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina que reveja sua posição e faça com que a comunidade do Pantanal seja beneficiada, doe terreno à prefeitura para a duplicação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje a bancada do PMDB definiu trazer um tema recorrente para a tribuna desta Casa, um tema extremamente importante para a população brasileira, um assunto para o qual vamos dar o nosso posicionamento como bancada e como deputado de uma região agrícola. Estou falando sobre o Código Florestal que está na iminência de ser votado no Congresso Nacional. Logicamente essa votação é determinante para que o Brasil volte a produzir, dando tranquilidade ao campo, principalmente às questões que estão afetas às pequenas propriedades brasileiras.

(Passa a ler.)

"O atual Código Florestal Brasileiro foi concebido através da Lei Federal n. 4.771, de 1965, portanto, há 47 anos.

Durante esse período, várias modificações através de decretos, portarias e instruções normativas foram publicadas no sentido de regulamentar, alterar, modificar e normatizar o Código Florestal Brasileiro no que tange à conservação dos recursos naturais, classificação e utilização das florestas, manutenção da biodiversidade e apoio ao desenvolvimento sustentável do país.

No nosso entendimento, mesmo com esse arcabouço legal, as questões ambientais precisam ser mais bem definidas, modernizadas e adequadas às condições de cada região e de cada estado. Não podemos continuar engessados às legislações e normas que não atendam mais as reais necessidades do país.

O mundo evoluiu, o Brasil se transformou na sexta maior economia do planeta e continua em ritmo de crescimento. Entretanto, os setores primários e o agronegócio necessitam de regras claras e seguras para planejar suas atividades e realizar seus negócios dentro de uma legislação pertinente com vistas à proteção do meio ambiente. Isso significa utilização dos recursos naturais com racionalidade.

As discussões acerca da necessidade de um novo Código Florestal Brasileiro passaram a ser mais intensas a partir de julho de 2010, sendo aprovado na Câmara dos Deputados somente em maio de 2011. Após diversas modificações no Senado, o novo Código Florestal retornou à Câmara dos Deputados, onde será apresentado e votado em plenário no decorrer de abril, antes de seguir para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

A implantação de um novo Código Florestal é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do país, por isso é uma matéria polêmica e de muita complexidade.

Os pontos mais polêmicos, os quais estão provocando muitas discussões entre os ambientalistas e representantes ruralistas, referem-se à anistia dos desmatamentos até 2008, o dimensionamento das APPs e a obrigatoriedade da reserva legal.

Nesta oportunidade, quero fazer referência à Lei Estadual n. 14.675, de abril de 2009, que instituiu o Código Ambiental de Santa Catarina".

Eu gostaria de dizer a todo o nosso estado que esta proposição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através dos seus membros, culminou com o que o Congresso Nacional e o governo federal buscassem esse tema, a fim de aprimorar as questões relativas ao uso do solo e do meio ambiente.

O Código Ambiental Catarinense foi o embrião, o início dessa grande discussão em Brasília, exatamente porque nós, catarinenses, acreditamos que agora, no mês de abril, o Congresso Nacional, através da votação na Câmara dos Deputados, irá se posicionar definitivamente quanto à aprovação desse Código. E gostaria de registrar desta tribuna a importância da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no que tange a criação do Código Ambiental Catarinense. A partir daí, deputado Romildo Titon, de 2009 até hoje, o Congresso Nacional evoluiu muito nessas discussões exatamente porque foi provocado por uma das Assembleias Legislativas do Brasil e aqui por deferência à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Então, quero render as nossas homenagens a todos os deputados que por unanimidade aprovaram o Código Ambiental Catarinense, porque através dessa aprovação é que o Congresso Nacional começou a estudar a possibilidade de transformar essa questão do Código Florestal Nacional.

(Continua lendo.)

"Em seu art. 1º, essa lei ressalva a competência da União e dos municípios, estabelece normas aplicáveis ao estado de Santa Catarina, visando à proteção e à melhoria da qualidade ambiental do seu território".

É exatamente isso que nós deputados e catarinenses defendemos, que é a questão de legislação, de quantos metros de rio, o que e de que forma plantar, e como nós, o estado de Santa Catarina, o estado do Paraná, o estado de Roraima, podemos decidir sobre essas questões.

Por isso o Código Ambiental Catarinense foi de grande valia, exatamente porque no seu art. 1º já preservava as questões estaduais, porque, de acordo com o Código Florestal Nacional, o que é aplicado em Tocantins é aplicado em Santa Catarina.

Então, essa questão que criamos em nosso estado realmente foi uma grande contribuição para o Parlamento brasileiro.

(Continua lendo.)

"Reconhecemos o Código Ambiental Catarinense como uma grande contribuição do nosso estado ao país.

Aprovado nesta Casa, na legislatura passada e sancionado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, o Código Ambiental Catarinense é considerado por muitos como um modelo de legislação ambiental. Mesmo se encontrando sob análise quanto à sua constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, foi peça fundamental para

desencadear a discussão visando à elaboração do novo Código Florestal Brasileiro hoje em discussão no Congresso Nacional."

Mas o mais importante, independentemente da análise do STF, é que Santa Catarina saiu na frente quanto ao aspecto da questão ambiental, de termos um Código Nacional, a fim de que pudesse dar as diretrizes e as adaptações locais de cada estado e, de preferência, cada município fazendo as suas adaptações. E essa questão foi peça fundamental para desencadear a discussão visando à elaboração do Código Florestal do Brasil.

Eu gostaria de, neste momento, deputado Romildo Titon, v.exa. que foi o relator do Código Ambiental catarinense, dizer que com certeza a análise desse Código despendeu muito trabalho, muita dedicação, muito esforço, muitas audiências públicas.

Com certeza o Código Ambiental catarinense não foi escrito e pautado no ambiente desta Casa Legislativa, mas sim fora da porta do Parlamento, ouvindo a sociedade produtiva e a sociedade no que se refere às questões de conservação do meio ambiente.

Por isso que na condição de deputado do PMDB, na condição de líder deste partido, gostaria de enaltecer todo esse trabalho que foi feito pela legislatura anterior na Casa do Povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Aldo Schneider, quero parabenizá-lo também pelo tema que traz, que atualmente é o grande tema nacional, que é a expectativa de toda a sociedade e uma inquietação muito grande para a classe dos agricultores de todo o Brasil.

Como v.exa. falou, Santa Catarina deu um exemplo ao Brasil, deu o pontapé inicial, provocou um debate nacional, fez e acordou o Congresso Nacional para mexer definitivamente no Código Florestal Brasileiro quando aqui implantamos o Código Ambiental catarinense. Foi o primeiro estado a fazer isso no Brasil.

O nosso estado tem apenas 1.3% do território brasileiro, mas é o quinto maior produtor do Brasil, dando exemplo ao nosso país em termos de preservação. Quarenta e dois por cento da área de Santa Catarina é de preservação, mata virgem. Poucos estados do Brasil têm essa qualificação. Por isso que talvez tínhamos autoridade de ser o primeiro no Brasil a tomar a iniciativa de criar uma legislação própria. Mas vejo isso agora como uma grande preocupação, deputado Aldo Schneider.

Hoje, depois de ouvirmos o debate na Câmara Federal, vimos que ocorreram, posteriormente, modificações no Senado e um avanço muito grande na Câmara Federal. Retroagiram no Senado, agora voltou para a Câmara dos Deputados, mas não sei se vai haver autoridade suficiente para resistir à pressão dos órgãos ambientalistas, como também da própria presidente Dilma Rousseff. Uma inquietação muito grande na classe.

Eu fiz esse comparativo porque como fui relator ajudei a escrever muitos desses artigos. E quando tramitou no Congresso Nacional procurei fazer os comparativos com o nosso. A grande maioria é cópia idêntica ao de Santa Catarina, mas houve algumas provocações de uma preocupação que talvez fosse o erro do Congresso Nacional em se preocupar mais em anistiar as multas e aqueles que estão devendo por crimes ambientais, deixando correr outras áreas.

Srs. deputados, a resistência maior hoje no governo está nas áreas consolidadas. Esse é o capítulo principal. E se esse capítulo não avançar e não for mantida a consolidação, certamente teremos um grande prejuízo na área da agricultura, porque áreas que são produtivas hoje terão que ser recuperadas. E naturalmente Santa Catarina, que é o quinto maior produtor, vai cair, e a grande maioria das nossas pequenas propriedades vai fechar as portas, porque se tivermos que deixar 50m de área de preservação de uma fonte, de uma nascente, se tivermos que deixar 30m de área das APPs dos rios, se não pudermos construir nem preservar a propriedade que está a 20m de uma nascente, as nossas propriedades, que são de pequeno porte, naturalmente fecharão em grande parte, não somente em Santa Catarina como no Brasil. Mas acredito num artigo apenas de que talvez ainda o Congresso Nacional consiga recuperar, que é a delegação, ou seja, passar para os estados a autonomia de legislar sobre determinadas áreas. Somente assim iremos salvar a nossa agricultura brasileira.

Muito obrigado e parabéns pelo tema.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a v.exa. o aparte. O nobre deputado tem autoridade para discutir esse assunto, até pela condição de relator do Código Ambiental Catarinense e profundo conhecedor das questões agrícolas e ambientais de Santa Catarina.

Evidentemente que nó,s deputados estaduais, fizemos a nossa parte no sentido de instigar o debate em nível nacional. Mas agora que estamos nos encaminhando para a votação na Câmara dos Deputados, conclamo aos colegas parlamentares que se posicionem favoravelmente à aprovação desse Código exatamente com um artigo que define que o estado pode legislar sobre a questão ambiental de cada estado.

Vemos, na condição de morador de pequenos municípios catarinenses, onde a nossa base eleitoral de convivência familiar está nos pequenos municípios de Santa Catarina, que o que se pretende aplicar, através da sanção, dessa ideia de 50m do rio, praticamente inviabiliza toda a nossa agricultura, principal mente do vale do Itajaí.

Então, solicito aos colegas deputados que façamos um grande coro, juntamente com os deputados federais de Santa Catarina, principalmente aqueles que defendem de uma forma muito autêntica a produção agrícola em nosso estado, já que são muitos os deputados da bancada ruralista, para que possamos criar uma lei nacional que dê tranquilidade ao campo e às pessoas que ainda escolheram e optaram por permanecer na agricultura brasileira e catarinense.

Mesmo com todas as dificuldades de se viver no campo, temos verdadeiros heróis, onde pais, mães, famílias inteiras ainda vivem do seu trabalho oriundo da agricultura.

Logicamente que o governo, como instituição municipal, estadual, federal, deve estar ao lado dessas pessoas, até porque temos a obrigação de estar ao lado das pessoas que mais necessitam. Mas não dando esmola, pelo contrário, criando uma legislação que dê condições a essas pessoas de, através do seu trabalho, ter uma remuneração digna e através da sua remuneração fazer com que tenham uma vida decente para si e para os seus filhos.

Para finalizar conclamo, em nome da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a todos os deputados federais a ser favoráveis à aprovação do Código Florestal Nacional, para que definitivamente tenhamos tranquilidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Obrigada, deputado Aldo Schneider.

Srs. deputados, conforme já anunciado pelo presidente Gelson Merisio, passaremos, neste momento, à Ordem do Dia.

Mais três partidos políticos se inscreveram e logo após a Ordem do Dia voltaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0005/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0002/2012, de origem governamental, que altera o anexo único da Lei n. 15.289, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE - Gestão/SEA.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0042/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dá nova redação ao § 9º do art. 3º, da Lei n. 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0094/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que altera a Lei n. 4.756, de 1972, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa 3 de Maio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0115/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0116/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0117/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0118/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0119/2012, 0120/2012 e 0121/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0122/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

Deputado Volnei Morastoni, esta deputada solicita permissão para assinar, juntamente com v.exa., essa indicação.

(O deputado concorda.)

Muito obrigada!

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0263/2012 e 0264/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0265/2012 e 0266/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0267/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0268/2012, 0269/2012, 0270/2012 e 0271/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0272/2012 e 0275/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0273/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0274/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria-geral e ao superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, ao Fórum Parlamentar Catarinense e ao ministro da Justiça, apelando para que atuem com o intuito de impedir o fechamento do posto da Polícia Rodoviária Federal, situado na BR-153, Km 92, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0009/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, ao presidente do Congresso Nacional e ao ministro dos Esportes, apelando pela proibição à venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a Copa do Mundo de 2014.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, eu quero me abster da votação dessa moção do deputado Antônio Aguiar que trata da questão da venda e do consumo de bebida alcoólica nos estádios. Acho que houve um acordo entre o Brasil e a Fifa sobre isso e, se houve o acordo, ele tem que ser cumprido.

Portanto, eu me abstenho de votar essa moção que trata da venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa, uma vez que há um acordo entre o Brasil e Fifa.

Então, eu me abstenho de votar. Se tiver que votar, votarei contra, para se cumprir um acordo firmado entre o Brasil e a Fifa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, acho melhor deixarmos essa matéria para um momento que haja um quórum mais ampliado. Recomendo que seja retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Consulto os srs. líderes se podemos retirar a matéria da pauta.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada de pauta, então, a matéria, ficando para a próxima sessão, na semana que vem.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, estávamos tentando, hoje, deliberar o projeto de recondução de um membro do conselho jurídico da Agesan, mas acho que não há quórum neste momento. Todos os membros da comissão especial, presidida pelo deputado Joares Ponticelli, e sendo eu o relator, fizeram um esforço para fosse, hoje, deliberado. Olhando o plenário e fazendo as contas, acho que não há quórum nem que se permita mais cinco ou dez minutos, visto que a Ordem do Dia já está em andamento, com requerimentos, moções e indicações.

Vamos propor que na próxima terça-feira a matéria seja colocada na pauta para deliberar a questão do encaminhamento do novo conselheiro da Agesan, uma vez que amanhã também será difícil haver quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Acatado, sr. deputado!

Gostaria de registrar a presença nas galerias desta Casa do ex-deputado estadual Dionei Walter da Silva, que veio visitar este Parlamento, pois já está com saudades da atuação nesta Casa.

Seja muito bem-vindo!

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Retornamos agora ao horário reservado aos Partidos Políticos, no qual os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, servidores e público presentes na Alesc, anotei alguns assuntos para discorrer no dia de hoje. Primeiro, quero parabenizar o Ministério Público pela explanação feita pelo procurador-geral Lio Marcos Marin, acerca do relatório da gestão 2011 e do trabalho que o Ministério Público tem desempenhado.

Estavam presentes os procuradores Antenor Chinato Ribeiro e José Galvani Alberton, assim como vários outros procuradores e promotores de Justiça. Temos que reconhecer o trabalho em defesa da sociedade catarinense que tem sido feito pelo Ministério Público.

Aproveitando esse relatório e essa homenagem do Ministério Público, queremos dizer que manifestamos ao procurador-geral, há poucos instantes, o nosso reconhecimento também pelo trabalho da promotora Walquíria Danielski com referência à questão da PEC dos bombeiros, em que o Ministério Público, além de estudar e debater o assunto, apresentou a sua sugestão para alteração da nossa legislação a fim de que essa situação seja regulamentada.

Então, a proposta do Ministério Público é que devemos fazer uma alteração no art. 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina, definindo as atribuições. Há sugestão de alteração na legislação infraconstitucional e até nas legislações dos nossos municípios, a fim de que essa situação fique devidamente regulamentada.

Queremos registrar o reconhecimento desta Casa e do povo catarinense à dra. Walquíria Danielski e ao Ministério Público de Santa Catarina, pela forma com que o Ministério Público se apresentou, não somente cobrando uma solução, mas, efetivamente, participando e apresentando uma proposta de mudança na legislação. E isso vai beneficiar toda a população catarinense.

Quero, na mesma linha, homenagear o Ministério Público Estadual, na pessoa do promotor Pedro Roberto Decomain, um

especialista em legislação eleitoral que, juntamente com o procurador federal André Stefani Bertuol, está fazendo um ciclo de palestras pelo estado de Santa Catarina, orientando tanto os servidores da Justiça Eleitoral como também partidos, coligações e advogados sobre as questões eleitorais, o enquadramento e a legislação.

Então, é muito importante esse trabalho do Ministério Público Eleitoral, tanto federal quanto estadual, buscando explanar para as autoridades, os partidos e os interessados a matéria referente à atualização da nossa legislação eleitoral.

Isso é muito importante porque há muito desconhecimento. Muitas infrações eleitorais são praticadas porque as partes desconhecem o que pode e o que não pode ser feito. Então, esse trabalho do Ministério Público também é importante. O Ministério Público está presente cobrando uma solução, mas também participando e orientando os partidos políticos e todos os interessados.

Portanto, queremos prestar, com esse reconhecimento, a nossa homenagem ao Ministério Público.

Nós tivemos a aprovação, por esta Casa, deputado Dirceu Dresch, da Lei da Região Metropolitana. Os técnicos do governo entendem que o projeto tem vício de origem, porque deveria partir do Executivo, já que há despesa na implantação da região metropolitana, e por essa razão levaram o parecer ao governador Raimundo Colombo pelo veto ao projeto.

Estive conversando sobre esse assunto com o deputado Neodi Saretta que, junto com outros colegas, defende a extensão desses benefícios da região metropolitana também para a região do Contestado. Conversei também com o governador Raimundo Colombo, solicitando o encaminhamento de um projeto de lei do Executivo para tratar de forma igualitária todos os municípios do nosso estado.

Em 2009, veio para esta Casa um projeto que estabelecia regiões metropolitanas em todo o estado. Eram 19 regiões pelo projeto, e todos os municípios ficariam contemplados. Houve uma alteração nesta Casa, e 94 municípios ficaram fora desse enquadramento.

O governo federal abrandou um pouco as exigências para a formação das regiões metropolitanas. E entendo que se abrandou é porque queria contemplar um número maior de municípios com os benefícios de verbas federais, podendo, então, atingir um maior número no nosso Brasil.

Entendemos que, se fôssemos usar a visão de região metropolitana, teríamos a região metropolitana de Florianópolis, e acho que em Santa Catarina nem Joinville se enquadraria como uma região metropolitana. Mas teríamos a Grande Florianópolis, pelo que a legislação federal, inicialmente, previu como região metropolitana.

Pois bem: o governo federal estendeu benefícios que podem ser levados a outros municípios. São muitos os benefícios da legislação, principalmente, hoje, o financiamento habitacional para o programa Minha Casa, Minha Vida.

E o que está ocorrendo? Há municípios limítrofes em Santa Catarina que, por serem considerados dentro de uma área de região metropolitana, têm o financiamento habitacional de até R$ 130 mil. Então, o cidadão que quer financiar a sua casa ou seu apartamento pode fazer o seu financiamento de até R$ 130 mil, e no município ao lado o financiamento permitido é de no máximo de R$ 80 mil. Então, a legislação iria reconhecer essa desigualdade e corrigir esse vício da nossa legislação.

Existem outros benefícios como o transporte entre a região metropolitana, o financiamento para infraestrutura, o saneamento, a ligação telefônica local entre toda a região metropolitana. Portanto, há muitos benefícios, mas o principal deles, hoje, é a questão do financiamento habitacional.

Em São Paulo, o Minha Casa, Minha Vida está financiando valores até R$ 170 mil. Enquanto isso, em Santa Catarina, há municípios com o limite de R$ 80 mil. Se o governo federal abrandou o conceito de região metropolitana é porque quer estender esse benefício para mais municípios. Diminuiu o número de habitantes necessários para compor a região metropolitana e flexibilizou a lei para que novas regiões possam ser enquadradas. Apenas não mudou o nome. Deveria ser um conglomerado de municípios ou uma região, e daí o técnico entende região metropolitana e quer definir como tal. Por isso a dificuldade na aprovação da lei.

Mas é importante que todos os municípios de Santa Catarina sejam tratados de forma igualitária, todos com o mesmo valor de financiamento e recebendo os mesmos benefícios federais.

Então, conversamos com o governador, e ele já determinou estudos para que um projeto seja feito para corrigir essa distorção e trazer esse tratamento igualitário a todos os municípios de nosso estado.

Era essa a nossa manifestação.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sra. presidente, o horário seria ocupado por mim, em nome do Partido dos Trabalhadores, mas vou abdicar dele. E como a seguir seria o horário do PP, o deputado Joares Ponticelli me autorizou a comunicar que também abdica do horário para que, imediatamente, v.exa. possa encaminhar, de acordo com o requerimento subscrito pelos srs. líderes, que, por dez minutos, possamos ouvir os representantes e membros do Conselho Estadual de Saúde, que se manifestarão sobre o Samu.

Hoje pela manhã a nossa comissão realizou uma audiência pública para ouvir os trabalhadores do Samu, que são contra a proposta do governo do estado, pois acaba de emitir um edital para que o Samu seja transferido para uma organização social, o que, na verdade, em outras palavras, é uma privatização dos serviços.

Como na essência desse serviço prestado pelo Samu há a regulação médica das próprias transferências de pacientes, é algo que não podemos abrir mão como função do estado, de fiscalização do estado.

Portanto, não se pode admitir essa privatização que o governo está encaminhando a esta Casa e que diz respeito ao Samu.

Abdicamos do tempo para que os representantes dos trabalhadores possam manifestar-se neste instante.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Como o deputado Volnei Morastoni já mencionou, há sobre a mesa um requerimento.

(Passa a ler.)

"Por acordo de Lideranças, os deputados que abaixo subscrevem, com amparo no art. 65, I, i, do Pergaminho Regimental, REQUEREM a suspensão da Sessão Ordinária do dia 28 de março do corrente, pelo prazo de 10min, para ouvir os representantes e membros do Conselho Estadual de Saúde sobre o Serviço de Atendimento Móvel De Urgência - Samu."

Fará uso da palavra a sra. Simone Heidemann e o sr. Luiz Antônio da Silva.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos que nos acompanham, especialmente os trabalhadores da área da Saúde que hoje acompanham os trabalhos desta Casa e que lutam por melhorias na saúde pública de Santa Catarina, essa luta persiste em busca de melhorias no SUS - Sistema Único de Saúde - e pelo Samu público, pelos hospitais públicos de Santa Catarina, porque a Saúde não pode ser uma mercadoria.

A saúde tem que ser, acima de tudo, direcionada ao atendimento às pessoas e deve ser um direito. Grande parte da sociedade brasileira não tem condições de pagar um plano privado de saúde, de educação, de segurança e assim por diante. Então, o estado tem que estar presente em determinadas políticas necessárias e essenciais à população. Essa é a nossa luta, a luta da nossa bancada, do nosso presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni. E quero aproveitar para parabenizá-lo pelo trabalho que tem feito aqui juntamente com as organizações, pois tem dedicado sua vida ao socorro e ao atendimento à nossa população no momento mais delicado, que é o da doença.

Então, parabéns a todos que trabalham por essa causa.

Quero trazer um assunto muito polêmico em nosso país neste momento, que está criando até uma crise, uma dificuldade entre a presidente Dilma, o governo e a relação com o Congresso Nacional, que é a votação do Código Florestal Brasileiro. E quero tranquilizar todos os catarinenses do interior ou das cidades, porque todos estão envolvidos nesse tema ambiental.

Muito se fala, deputada Ana Paula, v.exa. que é de Blumenau, que a lei, o projeto que passou no Senado, não contemplou os pequenos e que é preciso aperfeiçoar o projeto para melhor atendê-los. Mas não é verdade.

Há pouco o deputado Aldo Schneider veio à tribuna e falou sobre esse tema. Quero, então, tranquilizá-lo e dizer que se o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, aprovar o projeto que foi acordado no Senado Federal com relação às pequenas propriedades, estará resolvida essa questão.

E por que esse grupo de deputados ligados à bancada ruralista continua insistindo e falando em nome dos pequenos?

Quero dizer que a Contag, a Federação Nacional da Agricultura, a Fetraf/Brasil, a Via Campesina, o Ministério do Meio Ambiente, o governo, as entidades acordaram o texto, que foi o máximo, no acordo entre ambientalistas e organizações, que eles conseguiram produzir, mesmo com insatisfação de muitas lideranças ambientalistas no Brasil. Mas se construiu esse acordo, avançou-se muito.

Quero dizer com muita tranquilidade, e refiro-me a todo o estado, aos agricultores, que esse texto, de fato, resolve, praticamente todas as questões relacionadas à pequena propriedade, à agricultura familiar.

Portanto, resolvendo o problema das pequenas propriedades estamos resolvendo, praticamente, 95% das questões de Santa Catarina. Restam, apenas, 5% dos agricultores que ainda não estariam atendidos, que possuem propriedades maiores.

Agora, não podemos concordar com a questão das multas ambientais. O governo já cedeu, já concordou em perdoar até 75% das multas ambientais, inclusive, de grandes propriedades, de desmatadores da Amazônia, mas isso ainda não é suficiente.

Outra questão é a diferenciação entre a pequena e a grande propriedade. O texto acordado aborda, de forma clara, a diferença existente entre a agricultura familiar e a patronal, a grande propriedade. O texto ficou muito bom. Mas não há acordo por parte dos grandes proprietários.

Então, a questão da APP, da redução, e aqui, deputado Aldo Schneider, não são 50m. Para a pequena propriedade está-se reduzindo para área consolidada. Tudo que já existe até 2008 reduz para 15m.

Então, como não proteger 15m? E se isso não é suficiente para o agricultor proteger, ele pode ainda ter o projeto que passou no Senado, que é a valorização, o pagamento por serviços ambientais, ou seja, os agricultores receberem também uma remuneração para preservar, porque precisa preservar.

Estamos vivendo mais um momento de grandes estiagens pelo sul do Brasil. Então, é necessário os agricultores protegerem.

Então, para 15m, na minha avaliação, está muito bom. O que está em mata continua 30, o que está aberto fica para 15m.

A questão da reserva legal muda toda. É gratuito para a agricultura familiar, diminui, tira a burocracia, é bem prático fazer a reserva legal. Então, essas questões resolvem o problema da questão do Código Florestal Brasileiro.

Então, faço um apelo aos nossos deputados federais, aos desta Casa, para que o Congresso vote o texto que foi acordado no Senado, que está muito bom, resolve o problema da pequena propriedade.

E não podemos entrar no discurso de que a grande propriedade não precisa preservar ou ela tem que ter a mesma condição de uma propriedade de cinco, dez, 15, 20ha.

Entendemos que se aprovar esse projeto que está tramitando, que passou no Senado, se a Câmara aprovar, estará contribuindo sim e resolvendo grandes impasses da nossa agricultura familiar.

Por isso, estamos apoiando esse texto e vamos trabalhar para que ele seja aprovado.

Para finalizar, temos aqui uma situação novamente da suinocultura, uma redução de preço: as empresas, as indústrias alegam que há uma superprodução e que isso está derrubando o preço. Mas é lamentável, deputada Ana Paula Lima, deputado Padre Pedro Baldissera, porque quem constrói o volume de produção são as próprias indústrias, não é o agricultor. Elas têm autonomia de fazer o controle de produção.

Então, se tem muita oferta, o que está acontecendo? A agricultor vai pagar mais uma vez a conta, se não foi ele que teve a oportunidade de controlar o processo produtivo?

Então, inclusive protocolamos hoje na comissão de Agricultura o pedido de realização de uma reunião para chamarmos aqui as indústrias e empresas, para esta Casa interferir nas interlocuções entre agricultores e organizações, pois os agricultores estão reclamando, reivindicando, mas não estão sendo ouvidos nesse momento de mais dificuldades.

Felizmente o governo federal, numa política de ajuda aos agricultores atingidos na questão da estiagem, está trazendo milho para o estado a R$ 21,00 a saca. Já chegou uma boa parcela de milho, mais de 20 mil toneladas, para o estado abastecer os nossos agricultores e fornecê-lo a um preço menor.

Então, há uma ajuda do governo, mas com certeza isso também não resolve o problema dos nossos suinocultores do estado que estão entrando novamente num processo de prejuízo, porque o preço estava a R$ 2,30 para os agricultores integrados, e a perspectiva de cair já está em R$ 2,00, mas vai diminuir em R$ 0,20 e chegar a R$ 1,80 o quilo do suíno para o agricultor.

Isso não é possível, porque os agricultores estão produzindo tendo prejuízo com esse valor, e há uma luta para que se reverta essa lógica, essa caída de preço, porque os nossos agricultores familiares são os mais atingidos, aqueles que não têm um grande volume de produção, mas são importantes para manter os nossos municípios que geram renda para eles que têm a produção da suinocultura.

Então, era isso, sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Queremos também comunicar que estaremos amanhã nos deslocando para Brasília para participar de uma audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, para discutir a pauta da agricultura familiar relacionada à estiagem de nosso estado e do sul do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Quero cumprimentar o sr. Pedro, que é presidente do sindicato da Saúde, Sindsaúde, assim como todos os funcionários que estão presentes, a nossa companheira Edileuza, e em nome dela cumprimento todas as mulheres guerreiras e batalhadoras em prol da saúde.

O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o deputado Padre Pedro Baldissera a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima que preside esta sessão, srs. deputados, quero saudar todos os nossos companheiros e companheiras lutadores da saúde pública. Aliás, coincidindo também, e aqui faço questão de mencionar, com o importante debate trazido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que diz respeito à Campanha da Fraternidade deste ano trazendo para discussão a saúde pública.

Em vários momentos desta tribuna tivemos a oportunidade de fazer questionamentos e ao mesmo tempo várias reflexões sobre todo o sistema, especialmente a questão que envolve o Sistema Único de Saúde, bem como outros. E aqui de maneira muito forte o deputado Volnei Morastoni, como presidente da comissão, em vários momentos tem tecido muitas reflexões.

Portanto, é um tema extremamente importante, pois quando se pensa na qualidade da vida de nossos cidadãos e cidadãs, não há dúvida nenhuma de que a saúde é colocada como uma das grandes prioridades do nosso povo.

Dentro disso também em vários momentos, deputada Ana Paula Lima, tive oportunidade de fazer algumas reflexões sobre várias questões que estão intimamente ligadas à vida dos nossos cidadãos e cidadãs como, por exemplo, sobre uma alimentação saudável.

Quando falamos de saúde, automaticamente falamos também daquilo que circunda a vida e que tem uma relação profunda com ela. E não temos dúvida nenhuma de que a alimentação é primordial. Tratamos da alimentação orgânica, agroecológica, sem agrotóxicos, exatamente no sentido de dar uma qualidade maior à vida e às pessoas deste nosso planeta.

Junto com isso, temos a questão da nossa agricultura agroecológica. Inclusive, no dia de hoje, houve dois momentos importantes que reuniu aqui uma das nossas iniciativas, que é a de construir um fórum para realmente não só debater, mas também apresentar propostas alternativas para a nossa agricultura agroecológica, orgânica. Neste sentido também tendo em vista a qualidade de vida, a saúde de nossas pessoas. O fórum tem se reunido e aprofundando esse debate.

Além disso, na segunda-feira última, na cidade de Chapecó estivemos reunidos instalando a câmara regional do oeste que trata das questões que envolvem a piscicultura. Nasceu essa ideia no ano passado, quando realizamos no estado de Santa Catarina o

primeiro Pense e Pesca, debatendo também alternativas de alimentação e por que não trazer presente a questão do pescado.

Neste sentido surgiu como proposta a criação de um fórum para debater questões ligadas à aquicultura e à pesca; também desencadeou em outras importantes reuniões no interior do nosso estado de Santa Catarina, entre elas, ao findar o ano de 2012, realizamos um grande seminário na cidade também de Chapecó sobre créditos voltados para o setor da piscicultura. Tivemos a presença do ministério da Aquicultura e Pesca e do Banco do Brasil fazendo esse debate com centenas de agricultores e levantou-se lá várias possibilidades.

Desse seminário surgiu também a demanda da instalação da construção de alguns espaços estratégicos para debater a questão da piscicultura. E ali, então, nasceu a ideia da criação da câmara temática para discutir, debater e levantar ações que pudessem culminar em melhor qualidade de vida proporcionando renda, através da agregação de valor de toda a cadeia produtiva do peixe para os nossos agricultores e agricultoras que trabalham com a questão da piscicultura.

O encontro reuniu a Superintendência da Aquicultura e Pesca do estado, a secretaria da Agricultura do estado, através da diretoria da agricultura familiar e da aquicultura e pesca. Ao mesmo tempo, tivemos também a comissão de Agricultura e Pesca desta Casa, juntamente com os nossos piscicultores, movimentos sociais, associações de pescadores, a Epagri, enfim, a presença de inúmeras lideranças, quando se tentou, além de fazer as reflexões devidas à questão, apontar algumas ações para o futuro. Foi uma reunião extremamente importante. E assim nós reativamos, construímos e instalamos esta Câmara Temática da Piscicultura.

Claro que uma demanda surge do debate de Chapecó na última segunda-feira, deputado Sargento Amauri Soares, que tem sido a busca de reativar a câmara temática estadual da Pesca e da Aquicultura. E coletivamente, com a diretoria da Agricultura Familiar e Aquicultura e Pesca do nosso estado, juntamente com a Superintendência do Ministério da Aquicultura e Pesca, a comissão da Assembleia Legislativa, quem sabe até possa transformar essa comissão temática num grande conselho que possa não ser somente consultivo, mas também possa deliberar e ao mesmo tempo ter autonomia de criar programas, políticas ou pelo menos colocá-las à disposição da diretoria da Agricultura Familiar e da Pesca do estado de Santa Catarina. E esse foi um dos nossos encaminhamentos tirados dessa reunião de instalação da comissão temática que debate a Aquicultura e a Pesca no nosso estado.

Srs. deputados, no debate tem sido colocado que o setor da piscicultura, principalmente no oeste do estado, devido à grande estiagem de mais de 100 municípios que decretaram até mesmo situação de emergência, tem-se tido ali, basicamente, a redução de até 40% da oferta do peixe, por causa da estiagem. Portanto, possivelmente, teremos uma perda calculada em mais de 30%. Agrava-se sem dúvida nenhuma a situação.

Para concluir, sem dúvida nenhuma, esse contexto e essa situação já estão agravando esse setor da piscicultura no oeste do nosso estado. Esperamos que possamos suprir essa demanda através de algumas parcerias que buscaremos e construiremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através dos meios de comunicações nesta tarde de quarta-feira, especialmente servidores e servidoras da saúde pública do estado e demais entidades que acompanham este debate e participaram, efetivamente, da luta contra a privatização ou a continuidade da privatização no serviço de saúde.

Essa é a pauta que vocês trazem à Assembleia Legislativa hoje, mas quero, inicialmente, fazer uma exposição, um pronunciamento a respeito da exposição que está havendo no *hall* da Assembleia Legislativa, que todos os servidores e deputados puderam ver e, evidentemente, chamou atenção.

Quero parabenizar os organizadores do *Coletivo Catarinense - Memória, Verdade e Justiça* pela exposição, pois é muito importante, neste momento, para registrar fatos da história e para chamar a atenção das autoridades competentes sobre o assunto.

Passo a ler um breve texto elaborado pelo Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça.

(Passa a ler.)

"Verdade da Repressão, Direito à Memória

A exposição consta com 22 painéis relatando em fotos e frases curtas o que foi a ditadura militar que completa 48 anos, nesta semana.

Vemos fotos da resistência religiosa, resistência política, resistência cultural, operária e estudantil. Esgotadas todas as possibilidades, muitos militantes partiram para a resistência armada. Lembra a luta pela anistia e traz fotos dos desaparecidos cujos corpos nunca foram devolvidos às famílias.

A exposição é patrocinada pela secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República e veio para Santa Catarina por solicitação do Coletivo Catarinense - Memória, Verdade, Justiça, que trabalha a formação da memória dos desaparecidos políticos em Santa Catarina.

Lembrar os fatos de nossa história recente é fundamental porque quem não analisa o passado tende a repeti-lo, e não estamos imunes a que tragédias como essas não voltem a acontecer.

Hoje a Presidência da República se empenha para a criação da Comissão da Verdade. E o Ministério Público trabalha incansavelmente para que os torturadores sejam levados a julgamento.

O Exército Brasileiro, que tantas páginas gloriosas escreveu em nosso país, herdeiro de Benjamin Constant e dos positivistas, não pode continuar com essa mancha. Precisa rever sua posição e colocar-se ao lado do povo, da verdade e da justiça.

Como afirma o grupo catarinense: Para que nunca se esqueça! Para que nunca mais aconteça!"

Convido todos visitantes e srs. deputados para visitarem e darem uma atenção mais demorada a essa exposição que está acontecendo no nosso *hall*. E mais uma vez parabenizo os organizadores do coletivo catarinense.

Quero lembrar que estivemos, e uma série de outras entidades do campo popular também, na cidade de Lages, na última segunda-feira, "visitando" entre aspas um sujeito que está preso naquele estabelecimento. Foi preso no oeste catarinense, no mês de janeiro, por estelionato, com nome falso. Aliás, é a segunda vez que é preso no Brasil por estelionato. E agora, nessa segunda prisão, descobriu-se que estava com identidade falsa, portanto, mais um crime, o de falsidade ideológica.

Trata-se de Cláudio Vallejos, um argentino que participou, na década de 70, do sequestro, da morte e do desaparecimento de um pianista brasileiro do grupo de Vinícius de Moraes e possivelmente participou de outras ações, de outros crimes contra a humanidade, contra brasileiros, contra argentinos e contra o povo latino-americano.

Fomos lá para que as autoridades brasileiras tomem providências a fim de que ele não seja liberado pelo crime de estelionato - e ainda não o foi -, porque é reincidente, e para que não desapareça do mapa, ele que é procurado pela Interpol e, inclusive, pela Justiça argentina. Assim, queremos que as autoridades tomem posição nesse sentido, porque com todo o seu cinismo recusa-se a dar entrevista e diz que é um direito dele não ser importunado.

Nós é que lutamos para que os presos tivessem o direito de não ser importunados, mas ele, no passado, não respeitava em absoluto nenhum desses direitos, inclusive torturava e matava. Agora, entretanto, está escudado no direito de não ser importunado sequer para dar entrevista para um jornalista dentro do estabeleci mento penal.

Da pauta especificada e do trabalho feito pela Simone, pelo Luiz Antônio e por parlamentares na tarde de hoje, constam a luta pelo serviço público em geral, pelo serviço público na área da Saúde e a intenção do governo do estado de Santa Catarina de privatizar o Samu, apesar de a Portaria n. 2.026, de 2011, do ministério da Saúde, impedir.

Esses serviços não podem ser entregues às entidades privadas. Está escrito na portaria que regula e inclusive define os valores que estados e municípios vão receber para realizar o serviço.

Em Santa Catarina, infelizmente, o secretário da Saúde, o secretário do Planejamento, enfim, o governo do estado mostra-se surdo com relação a essa realidade e também para o fato de que existe decisão judicial transitada e julgada determinando que o estado de Santa Catarina se abstenha, e essa é a palavra, de terceirizar a atividade fim do serviço de saúde, como também já foi citado nesta tribuna, na tarde de hoje.

Então, é lamentável que isso esteja acontecendo, que o governo alegue agora que falta funcionários do Samu, que o serviço está no colapso, que está fazendo contrato reiterando o contrato mês a mês. Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. pode imaginar alguém que realiza um serviço fim, de atendimento de ponta, à população catarinense que tem contrato mensal? Tinha um contrato bianual de dois anos que venceu, e, aí, agora,

todo mês renova-se por mais um mês, por mais um mês.

O Samu foi organizado no estado de Santa Catarina em 2005. São sete anos de funcionamento do Samu neste estado. Não deu tempo para fazer um concurso público. Não deu tempo sequer para mandar para esta Casa uma lei que estabeleça o quadro funcional, o quadro de funcionários, de médicos, de enfermeiros, de técnicos, de auxiliares, de motoristas, para o Samu. Não deu tempo, em sete anos!

Neste mesmo período a legislatura passada inteira votou no mínimo dezenas de projetos criando estruturas nos aparatos de cúpula do estado, no Poder Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas e no Poder-Executivo. Inclusive, depois que foi criado o Samu, foram criadas outras tantas secretarias de Desenvolvimento Regional. Ou seja, para aumentar as SDRs houve recursos, condições, dinheiro, nesses últimos sete anos. Mas para criar uma estrutura funcional para o Samu não teve.

Foram feitos contratos temporários de dois anos para garantir o funcionamento do Samu, pois o contrato venceu e não se fez o concurso. Não existe outra avaliação possível a não ser que o planejamento para o serviço público nessa área foi feito justamente para dar errado, que se planejou para que não desse certo, que se planejou para que chegássemos nesta altura do campeonato e se dissesse para os trabalhadores que estão na linha de frente, para a sociedade, que temos que entregar para uma organização social, que temos que terceirizar.

Para este deputado não tem outra palavra para definir isso a não ser privatização desses serviços, e a Constituição Federal proíbe que seja entregue a terceiros, a terceirizados, os serviços de ponta, a função fim do serviço público. Então, isso a Constituição Federal veda. É preciso fazer esse registro.

Por fim, quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima que preside esta sessão, as entidades, o Sindsaúde, as demais entidades que participam dessa luta, os servidoras e as servidores que estão lutando, apesar de que o governo mostra-se surdo à realidade social, à legislação e à Justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sra. presidente.

Mais uma vez estou aqui fechando os trabalhos na Assembleia Legislativa.

Cumprimento os servidores da área da Saúde. Quero dizer da satisfação de termos recebido nesta Casa, nesta tarde, a visita do colega Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Abit - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

É importante lembrar que Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, ainda representa 25% da produção de cama e mesa e 15% de vestuário no país. Nós, que somos da região de Blumenau, sabemos da importância da indústria têxtil para Santa Catarina não só historicamente, mas no que diz respeito ainda hoje à questão da mão-de-obra na nossa região. E queremos estar juntos nesse processo, nesse grito de alerta que a Abit está fazendo no que diz respeito à questão industrial do país, em especial às questões de infraestrutura.

Também, sra. presidente, ouvimos com muita atenção os depoimentos do Ministério Público de Santa Catarina, e dois dados chamaram a nossa atenção. Primeiramente, 33.575 mil denúncias foram levadas ao Ministério Público, dessas 10% referem-se aos crimes de tráfico de drogas. Por outro dado, deputada Ana Paula de Lima, dez mil atos infracionais foram cometidos por adolescentes em Santa Catarina, que demandaram ajustes de conduta. Então, é importante que a promotoria esteja atenta também a esses casos no estado de Santa Catarina.

Por falar em adolescente, permitam-me lamentar um cartaz que recebi aqui - e deixe-me colocá-lo à disposição do câmera, embora em preto em branco -, infelizmente, do DCE da Furb.

Eu acredito que o nosso reitor, dr. Natel, não tenha ciência desse cartaz e dessa ação do DCE. E quero aqui protestar que o DCE está promovendo um campeonato de futsal e truco, que vai ocorrer no dia 31 de março, no próximo sábado. A premiação para o Futsal será: para o primeiro lugar, 15 torres de chope; para o segundo lugar, dez torres de chope e para o terceiro lugar, cinco torres de chope. Agora a premiação para o truco será: para o primeiro lugar cinco torres de chope, para o segundo lugar três torres de chope e para o terceiro lugar uma torre de chope.

Para nós, que fazemos parte da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, é insensato fechar os olhos para uma organização de ensino superior que decide premiar as suas competições com a distribuição gratuita de bebidas alcoólicas. Seria muito mais prudente e louvável premiar com livros, com DVDs de bons filmes, com ingresso para peças teatrais. Enfim, precisamos de mais cultura e de menos chope. Fica aí o nosso protesto!

Eu quero registrar com muita satisfação, srs. deputados que permanecem no plenário, a nossa visita ontem no município de Bocaina do Sul, no planalto serrano, onde estivemos juntamente com o secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, na entrega de sementes, um projeto inusitado em Santa Catarina. As sementes para plantação de girassol já foram entregues em cinco municípios com sucesso.

Eu até pediria que a assessoria pudesse passar algumas imagens que trouxemos de lá, ontem, mostrando a nossa intervenção com a prefeita Marta e o secretário Regional. Enfim, mais de 200 agricultores estavam presentes nessa atividade, em Bocaina do Sul. E a secretaria de Agricultura também forneceu um trator.

É um projeto bonito, implantado há três meses, que está uma beleza não apenas na estética do girassol, mas dando resultados também através do Biodiesel, do óleo de cozinha, do mel, também servindo para a questão pecuária. Enfim, trata-se de uma cadeia de ações positivas, capitaneada pelo pequeno município de Bocaina do Sul, que está fazendo história na serra catarinense.

Fizemos parceria agora com os municípios de Palmeira, São José do Cerrito, Capão Alto e há mais um que me fugiu da memória. Cinco municípios estão inseridos nesse projeto Girassol. E quero parabenizar a prefeita da cidade de Bocaina do Sul pela belíssima iniciativa e pelo incentivo que tem dado aos agricultores para que permaneçam no campo.

Faço também referência, srs. deputados, à visita que fizemos ou melhor à audiência pública realizada em Abdon Batista, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que também faz parte dessa comissão, mas que não pode estar presente, mandando seu representante.

Este deputado, como vice-presidente da comissão de Direitos e Garantias da Família, esteve no meio oeste catarinense, na última quinta-feira, para olhar com muito carinho a questão dos trabalhadores. Há mais de 1.300 trabalhadores, ou seja, 40%, fora do trabalho por questões que ainda não foram acertadas com a empresa.

O que nos preocupa também são as famílias atingidas, o reassentamento das 539 famílias não apenas no município de Abdon Batista, mas em outros municípios que vão ser atingidos por essa usina hidroelétrica Garibaldi.

É bem verdade que há a necessidade do desenvolvimento econômico. Pelos dados que recebemos e conforme a previsão, na instalação da usina hidroelétrica Garibaldi a localidade de Araçá usará o potencial do rio Canoas para a formação de um reservatório que vai exigir a remoção de mais de 500 famílias em cinco municípios do entorno.

O muro da barragem terá 37m de altura e 915m de extensão, enfim, será uma barragem com capacidade de gerar energia suficiente para abastecer um município com 300 mil habitantes. Os gastos previstos são de R$ 450 milhões em investimentos, e a geração de energia está prevista para 2014. Mas o que nos chamou atenção foi a forma como a empresa está tentando negociar com essas famílias, inclusive com ameaças, com propostas indecentes.

Eu espero que a empresa tenha consciência. Até já fizemos contato com o Ministério das Minas e Energias, com o dr. Márcio Zimmermann, que é catarinense, para tratar a questão. Esperamos o bom senso, pois nós, catarinenses, queremos, sim, o desenvolvimento econômico, mas não vamos abrir mão da justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Às 14h15 estavam presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini -Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para estarem conosco na mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral do Ministério Público catarinense;

Excelentíssimo senhor Antenor Chinato Ribeiro, subprocurador-geral do MPSC;

Excelentíssimo senhor José Galvani Alberton, também subprocurador-geral do MPSC.

Sejam bem-vindos a esta Casa! É um prazer recebê-los para que possamos ouvir o relatório de atividades do Ministério Público de 2011, mas não sem antes dizer da alegria por termos em Santa Catarina um Ministério Público tão atuante e prestimoso com a nossa sociedade.

V.Exa., dr. Lio, tem a palavra pelo tempo que for necessário para que possamos cumprir um preceito constitucional e também informar Santa Catarina das ações do Ministério Público de nosso estado. Seja bem-vindo, juntamente com os seus pares!

O SR. PROCURADOR LIO MARCOS MARIN - Excelentíssimo sr. presidente desta augusta Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e excelentíssimos srs. deputados, é uma honra ao Ministério Público estar, hoje, na nossa Casa, na Casa do Povo, para prestar contas das atividades deste Ministério Público durante o exercício de 2011.

Também agradeço a presença dos meus colegas membros do Ministério Público que se fazem presente aqui, dos srs. jornalistas e da sociedade em geral.

A presença do Ministério Público, hoje, aqui, é para dar cumprimento ao disposto no art. 101 da Constituição Estadual, que estabelece que o procurador-geral de Justiça comparecerá anualmente à Assembleia Legislativa para, em sessão pública, relatar as atividades do Ministério Público. Então é isso que faremos hoje.

Preparamos uma rápida apresentação de um resumo das atividades que reputamos de maior relevância. Também já distribuímos, e acredito que esteja nas mãos de todos os srs. deputados, o material impresso com informações mais detalhadas a respeito das atividades, no qual conseguirão, se for necessário, mais elementos, mais informações ou mais detalhes sobre as nossas atividades e sobre a forma de agir da nossa instituição.

Sabedor das inúmeras atividades e dos compromissos dos srs. parlamentares, vamos procurar ser o mais breve possível, ficando, posteriormente, à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

(Procede-se à apresentação de *slides*.)

Como disse, fizemos algumas apresentações que eu tomo a liberdade de ir mostrando aos senhores.

A missão do Ministério Público, dada pela própria Constituição Federal, é fazer a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Vamos mostrar a estrutura do Ministério Público rapidamente, para que os senhores conheçam alguma coisa sobre a nossa estrutura e o nosso funcionamento.

Hoje o Ministério Público é composto por 327 promotores de Justiça espalhados em 110 comarcas do estado. Temos 407 cargos criados, desses, efetivamente, temos 380 implantados. É bom que se diga que muitos dos cargos criados por esta Casa a pedido nosso, não são imediatamente implantados, instalados. Então, temos no quadro, na verdade, 407 cargos, mas são 380, aproximadamente, ocupados.

São 327 promotores de Justiça na ativa, o que significa que hoje o Ministério Público está com um déficit de pessoal de, aproximadamente, 60 membros. Esse é o número de promotores que falta nas Promotorias e para o seu preenchimento é necessária a realização de concurso público. Isso na estrutura de primeiro grau. Na estrutura do segundo grau temos 50 cargos de procuradores, mas os que estão instalados, efetivamente, são 48 procuradores de Justiça.

Temos ainda na parte administrativa 995 servidores, todos cargos efetivos, e 1.371 colaboradores. Desses, teríamos, aproximadamente, 1.057 cargos de estagiários, localizados principalmente nas Promotorias de Justiça, cujo apoio técnico-jurídico é feito por estudantes de Direito.

É uma mão-de-obra relativamente qualificada, que nos dá um bom suporte técnico, com um custo bastante reduzido, sem onerar a folha. É a forma que o Ministério Público encontra para bem atender à sociedade e dar vazão à sua demanda.

Outro dado que é importante é em relação à estrutura. A população de Santa Catarina, pelos dados do IBGE de 2010, era de 6.249 milhões de habitantes. Há um estudo que indica que o ideal seria termos um promotor de Justiça para cada grupo de 10 mil habitantes. Nós temos no estado de Santa Catarina um promotor de Justiça para cada grupo de 19 mil habitantes. Isso demonstra que estamos com certa defasagem para chegarmos próximo ao ideal. Mas também sabemos das limitações financeiras, orçamentárias, e ficamos tentando trabalhar dentro da nossa realidade para chegarmos o mais perto possível desse ideal.

Ainda nas nossas atividades temos o Colégio de Procuradores, com 48 membros, que é o grupo que reúne todos os procuradores de Justiça em atividade. Ele é presidido pelo procurador-geral de Justiça, e suas principais funções são: aprovar a proposta orçamentária, criar cargos, ser ouvido quando há modificação na Lei Orgânica, decidir sobre atribuições de membros, entre outras atividades.

O colégio se reúne uma vez por mês - e por isso os senhores vão ver que o número de sessões parece um pouco reduzido - para essas avaliações. Foram feitas seis reuniões extraordinárias no ano passado, mas o que é importante destacar é que todos os procuradores de Justiça que compõem esse colégio têm as suas atividades normais, diárias, de sessão no Tribunal de Justiça e de análise de processos. Enfim, eles têm um volume de serviço bastante grande que não se restringe às sessões do Colégio de Procuradores. Essa é uma atividade que também está afeta a eles.

O Conselho Superior também é presidido pelo procurador-geral de Justiça e é composto por nove membros, sendo dois natos: o procurador-geral de Justiça e o corregedor-geral do Ministério Público, além de sete membros eleitos, sendo dois por integrantes do segundo grau e cinco integrantes do primeiro grau.

O Conselho Superior decide a respeito da movimentação da carreira: promoções e remoções dos membros, elabora regulamentos de concursos ou homologa também a aprovação nos concursos, além de decidir sobre afastamento de membros em eventuais processos disciplinares.

Mas a atividade mais importante que imputamos ao Conselho Superior é a análise dos procedimentos administrativos feitos pelo Ministério Público, ou seja, os inquéritos civis e os procedimentos preparatórios, nos quais resultam os termos de ajustamento de conduta. Todos esses procedimentos - e isso é importante que os senhores saibam -, depois de feitos na comarca pelo promotor de Justiça, são encaminhados para esse Conselho Superior composto por esses nove procuradores de Justiça, os quais vão avaliar se aquele termo de ajustamento de conduta preenche os requisitos legais, atende aos interesses sociais e está de acordo com a legislação.

No ano passado, foram analisados pelo Conselho Superior 3.248 desses procedimentos. Houve 22 sessões ordinárias e quatro sessões extraordinárias.

Esse é um trabalho também de orientação. Além de fazer a análise desses processos, é uma forma de orientar os promotores de Justiça a bem conduzir os assuntos de interesse do Ministério Público e da sociedade.

Temos também a Corregedoria-Geral de Justiça - e o corregedor está aqui presente -, à qual cabe a análise do trabalho dos promotores de Justiça em estágio probatório e toda a fiscalização e controle do comportamento e da conduta dos membros do Ministério Público.

A Corregedoria-Geral, no ano passado, analisou 1.700 relatórios de estágio probatório, que são justamente daqueles promotores de Justiça que estão em estágio probatório, ainda sob a avaliação da instituição, para ver se são confirmados ou não na carreira. Realizou também 107 correições - e esse é um número bastante significativo, porque 1/3 dos promotores foram correicionados, foram verificados se estavam em dia, se o desenvolvimento do trabalho está de acordo. Isso representa que a cada três anos todos os promotores de Justiça são verificados pela nossa Corregedoria, o que é uma atividade bastante eficiente.

Também - e são alguns dados resumidos - existem três sindicâncias e nove processos administrativos instaurados, o que representa que o Ministério Público, em 2011, também apurou, responsabilizou e instaurou procedimentos contra promotores de Justiça, quando representados ou quando eles cometem falta. Ou seja, promotores de Justiça também respondem a processes, para os senhores saberem.

Outra atividade que merece destaque é que toda vez que a Corregedoria vai às comarcas, ela oficia previamente o prefeito, a Câmara de Vereadores, os delegados e todas as autoridades do local, comunicando quando estará lá e colocando-se à disposição para conversar com essas autoridades, justamente para, se for o caso, receber denúncias, reclamações, elogios, enfim, tudo que tenha relação à atividade do Ministério Público naquela comunidade.

Então, há uma aproximação e um contato com as autoridades para a avaliação efetiva da atividade do Ministério Público para que sejamos também fiscalizados de forma bastante transparente e precisa.

Dentro das outras estruturas do Ministério Público, temos a Coordenadoria de Recursos, que é um órgão destinado a analisar os processos julgados pelo Tribunal de Justiça nos casos em que haja interesse do MPE. Eles fazem essa avaliação juntamente com todos os procuradores de Justiça, cuja atribuição é natural para isso. No ano passado essa coordenadoria analisou 10.745 acórdãos. Esse é um número bastante significativo para quem conhece o processo e sabe que alguns têm vários volumes, uma matéria bastante complexa. Além disso, 562 processos foram requisitados para estudo mais detalhado, 200 recursos foram interpostos e 1.194 recursos foram contrarrazoados.

Esse é um órgão que está com uma produtividade bastante grande e hoje é ocupado por dois procuradores de Justiça, dois promotores que assessoram e mais uma equipe de servidores e estagiários, mas não muito significativa, pela dimensão de trabalho que eles têm.

A Ouvidoria é o nosso canal de comunicação com a sociedade. Ela tem um dado interessante: foi a primeira Ouvidoria do Ministério Público instalada no Brasil por meio de uma lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa. Então, fomos pioneiros no Brasil.

Desde a sua instalação - e o dr. Alberton pode dizer-me a data, que não sei precisar agora, mas foi na sua época como procurador-geral - já teve um crescimento de mais de 1.000%, segundo informações do atual ouvidor. Além do trabalho normal, vai muito além e faz um trabalho pedagógico de orientação, informação e encaminhamento para todas as pessoas e órgãos que a procuram e entram em contato com o Ministério Público.

Em 2011 foram realizados 5.584 contatos com a Ouvidoria, 4.572 denúncias, 559 pedidos de informação, 321 críticas ou reclamações e 64 sugestões e comentários. A tudo isso a Ouvidoria deu os devidos encaminhamentos.

As Procuradorias de Justiça tiveram um trabalho imenso em 2011. Basta analisar os números na tabela abaixo. Se pegarmos o número de processos e dividirmos pelo número de procuradores, considerando que vários procuradores estão afastados de suas funções originárias para atividades administrativas, verão que há um percentual bastante grande de trabalho para cada um.

Outro dado importante é o crescimento da demanda de serviço. Entre 2010 e 2011 o número de processos de segundo grau, ou seja, que foram aos procuradores, cresceu significativamente, tanto na área criminal quanto na área cível.

Infelizmente, estamos com uma pequena defasagem e teremos que tomar uma providência para que não aumente esse volume de serviço. Esses são dados para o seu conhecimento.

Dentre as atividades administrativas, também gostaria de destacar rapidamente algumas que estamos implementando, como o planejamento estratégico. Pensamos que, assim como todas as instituições, o Ministério Público precisa fazer o seu planejamento, sua avaliação e definir os seus rumos, avaliar se, efetivamente, está sendo produtivo, contribuindo e dando o retorno social que os cidadãos esperam.

Já estamos num estágio bastante adiantado e imaginamos que até meados deste ano o nosso planejamento esteja concluído para que tenhamos uma diretriz melhor de atuação.

Estamos procedendo à ampliação dos nossos espaços físicos e hoje estamos fazendo mudança, ocupando os espaços locados em condições bastante precárias e necessitando de mais lugares. Foi feito no meio do ano passado um levantamento e por força disso até uma avaliação entre locação e aquisição. Acabamos por adquirir um edifício próximo ao Ticen, onde irão ser instaladas as Promotorias, principalmente as da Coletividade, que são as que têm mais atendimento ao público, facilitando, inclusive, a locomoção dos cidadãos. Há um terminal de ônibus perto, o centro fica próximo e uma boa parte da nossa área administrativa vai para lá. Com isso vamos devolver dois prédios locados, o que representará uma economia significativa de recursos para o Ministério Público, o que, por uma questão de logística, também vai facilitar o nosso trabalho.

Segundo estudos, em menos de 15 anos teremos o investimento completamente recuperado por conta do valor dos aluguéis que iríamos pagar, sem contar despesas diferentes. De acordo com os nossos cálculos, na verdade, em menos de 11 anos todo o dinheiro investido naquele prédio estará recuperado para o Ministério Público e haverá um patrimônio efetivo para a sociedade, porque o patrimônio do Ministério Público é público.

Graças à sensibilidade e à contribuição da Assembleia Legislativa, no ano passado tivemos a criação de 11 cargos de promotor de Justiça e a instalação de 21 Promotorias de Justiça: 13 no interior e oito na capital. Parece uma distorção o fato de serem criados 11 cargos e instalados 21 Promotorias, mas é que tínhamos 407 cargos já criados e alguns não instalados. Assim, conforme a necessidade, a possibilidade financeira e a disponibilidade de espaço fazemos a instalação na medida do possível, sempre visando ao melhor atendimento à sociedade.

Estamos tentando priorizar - e pensamos que deve ser desta forma - o fato de o Ministério Público trabalhar em conjunto com os demais órgãos públicos e com a sociedade. Assim, assinamos termo de cooperação com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo para a destinação dos veículos apreendidos, porque havia mais de 30 mil veículos recolhidos, ocupando espaço, causando prejuízo, poluição ambiental etc.

Firmamos um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça para aprimorar o acompanhamento do sistema socioeducativo em todo o estado. Inclusive, foi baixada uma portaria instaurando um inquérito no Ministério Público para a verificação em todo estado da situação da aplicação das medidas socioeducativas para os adolescentes, haja vista, no entendimento do Judiciário e do Ministério Público, ser essa a fase em que deve haver o maior cuidado para evitar que os adolescentes progridam no mundo da marginalidade. Então, serão aplicadas medidas socioeducativas e feito um bom acompanhamento.

Também houve a cessão de um *software* do Ministério Público para o Instituto Geral de Perícias, o que facilita principalmente a recuperação de dados digitados, facilitando sobremaneira a produção de provas para os processos. Uma parceria entre o Ministério Público e o IGP.

Tivemos a assinatura de um convênio com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina para a compatibilização e uso dos nossos acervos.

Firmamos também cooperação com a SaferNet/Brasil, uma ONG que atua no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes na *internet*, bem como parceria com o Tribunal de Contas, com a Assembleia Legislativa, especialmente na esfera da infância e juventude, divulgando a adoção, o combate ao abuso infantil, etc.

Assim, rapidamente, para não tomar muito o tempo de v.exas., gostaríamos de apresentar alguns itens em vídeo.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Dentro da política de comunicação, o Ministério Público, visando melhorar a sua comunicação com a sociedade, instituiu no ano passado uma política de comunicação que estabelece princípios e diretrizes para nortear a comunicação do Ministério Público e de seus membros com a imprensa, com a sociedade, visando dar transparência, dar conhecimento e orientar a sociedade no relacionamento e busca dos serviços por ele oferecidos.

Instituímos uma cartilha, e os senhores devem recebê-la, que auxilia os promotores e os procuradores de Justiça a se comunicar com o cidadão e com a imprensa, com o objetivo de informar efetivamente à sociedade o que fazemos a seu favor.

Realizamos no dia 30 um treinamento para aprimorar a nossa comunicação com a imprensa e melhorar a forma de transmissão para a sociedade daquilo que fazemos e como a população deve proceder em relação ao Ministério Público. Foram produzidos dez programas de alcance, entrevistas com membros do Ministério Público orientando o

cidadão sobre diversos assuntos de interesse comunitário, de interesses do cidadão. Dois vídeos institucionais, em formato de documentário e 20 vídeos e reportagens. Esses vídeos são transmitidos pela TVUFSC e estão disponíveis em nossa página e no *You Tube*.

Acessando o *You Tube* vocês verão que houve, inclusive, um crescimento de 21% do número de exibições em relação a 2010, o que tem sido bastante estimulante porque percebemos que a sociedade tem buscado essas informações, tem acessado esse material produzido pelo Ministério Público, que tem um efeito pedagógico bastante importante e que os retornos são muito interessantes.

Outro dado que reputamos importante é o acesso, a procura da sociedade em relação ao *site* do Ministério Público. Temos hoje 3.900 seguidores no *Twitter* e isso tem aumentado dia a dia. Na semana passada eram 3.800, para vocês terem ideia, nesta semana já atualizamos, são 3.900. Provavelmente no ano que vem, e no outro, passaremos dos quatro mil.

Também temos 600 mil acessos na nossa página, sendo que, desses, 260 mil são acessos únicos, quer dizer, não são várias pessoas fazendo vários acessos, são 260 mil cidadãos diferentes que acessaram a nossa página.

Então, o nosso contato, a nossa comunicação com a sociedade tem sido bastante efetiva e as áreas mais acessadas foram o Diário Oficial, a página das Promotorias de Justiça, a página do SIG e a do concurso para promotores de Justiça.

Temos alguns resultados, especialmente na esfera das ações judiciais. No ano passado oferecemos 33.575 denúncias, assim distribuídas:

1. Patrimônio..... 10.547
2. Código de Trânsito..... 4.693
3. Lei de drogas..... 3.949
4. Violência doméstica/relação familiar.... 3.180
5. Coletividade/Código Penal Militar..... 1.969
6. Contra a Administração Pública..... 1.511
7. Homicídio..... 1.094
8. Criança e adolescente..... 1.049
9. Outros..... 5.583

Isso é importante para que possamos realizar alguns programas e estabelecermos algumas metas para tentar melhorar essa situação. Por exemplo, a violência doméstica está bastante grande, mas já estamos com uma campanha, srs. deputados, bastante forte, para minorar essa questão. Inclusive, no final do ano vamos fazer em Santa Catarina um encontro nacional sobre o tema, ao qual comparecerão todos os Ministérios Públicos interessados.

Os crimes ao patrimônio foram em maior número e aí estão compreendidos furtos, roubos, extorsões, estelionato, apropriação indébita, entre outros. Mas o campeão é o furto, somando 5.405 denúncias.

Muitas pessoas confundem o furto com o roubo. O furto é aquele em que não há violência contra a pessoa; o roubo é quando há violência contra a pessoa.

Segundo uma estimativa - e não temos dados oficiais quanto a isso -, a grande maioria desses furtos é justamente para manter o uso de tóxicos. Há, então, uma ligação muito forte com as drogas.

Há também uma situação que nos chama a atenção, que está relacionada ao Código de Trânsito, segundo maior número de delitos cometidos em Santa Catarina. Isso exige uma ação mais forte de todo o estado. São 4.693 crimes relacionados ao trânsito. Temos 20.055 transações penais, possíveis naqueles delitos criminais de menor potencial ofensivo. Nesses casos é oferecida pelo propositor da ação ao infrator uma transação penal.

O delito de trânsito é campeão com 1.529. Há, portanto, uma incidência de crimes de trânsito bastante significativa em nosso estado e talvez seja necessária uma campanha para melhorar esses números. Esses dados são importantes para direcionar as políticas públicas, efetivamente.

Quanto às drogas, os dados nos chamam bastante a atenção. São praticamente quatro mil crimes e desses, deputados, 2.316 são especificamente crimes de tráfico. É um contraste com o nosso estado de Santa Catarina, pois temos um tráfico de drogas bastante significativo.

Esses são crimes que foram denunciados durante o ano de 2011 e que foram apurados, viraram inquéritos, viraram ações penais. Então, é também uma estatística, digamos assim, um índice bastante preocupante e que chama a nossa atenção.

Quanto às ações judiciais na esfera cível, vamos detalhar um pouquinho mais. As ações propostas pelo Ministério Público têm sido maiores na área da saúde. Temos muitos problemas porque essa é uma demanda que o Ministério Público recebe da sociedade. Temos ações de cunho coletivo, de direitos difusos, nas quais o Ministério Público tem legitimidade, efetivamente, para atuar.

As ações mais propostas na área da saúde relacionam-se à questão da moralidade administrativa, porque o Ministério Público é bastante demandado, já que as Câmaras de Vereadores e a própria sociedade encaminham diariamente uma quantidade bastante significativa de denúncias e fatos envolvendo essa área.

O meio ambiente também é uma área bastante demandada e a sociedade está bastante atenta a esse tema, o que acaba provocando o Ministério Público. Por conta disso, temos algumas ações propostas.

No ano passado, as Promotorias de Justiça atenderam a mais de 55 mil cidadãos. Refiro-me a atendimentos diretos de pessoas que foram aos gabinetes dos promotores de Justiça, sem contar outras formas de atendimento, como pelo telefone, *e-mail*, que é um meio tecnológico bastante usado e não devidamente computado. Isso demonstra que o promotor de Justiça ainda é bastante procurado, ou seja, a sociedade vai até o Ministério Público para reivindicar os seus direitos e fazer as suas denúncias.

Os números são os seguintes:

1. Saúde..... 339
2. Moralidade administrativa..... 259
3. Meio ambiente..... 236
4. Idoso..... 82
5. Consumidor..... 54
6. Portador de deficiência..... 47
7. Fundações..... 02
8. Outros..... 46

Agora farei uma rápida avaliação por área.

Na área criminal tivemos, no ano passado, 678 sessões de tribunal de júri em função de crimes contra a vida. Foram realizadas 24 inspeções em penitenciárias e 135, em delegacias. O Centro de Apoio Criminal é um órgão que recebe consultas dos promotores de Justiça. Temos vários Centros de Apoio para atender aos promotores de Justiça nas situações mais complexas, difíceis de resolver, para os quais tivemos 439 questionamentos.

Aqui vamos também fazer um rápido destaque de algumas operações que foram realizadas pelo Ministério Público durante 2011. Destaque-se que essas operações são todas na área criminal e no combate às organizações criminosas.

Elas foram realizadas pelos Gaecos - Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas. Os Gaecos são forças-tarefas compostas pela Polícia Civil e Militar, pela secretaria da Fazenda e pelo Ministério Público, coordenados pelo Ministério Público. Através dos Gaecos são desenvolvidas algumas operações, sendo que nem todas podem ser divulgadas.

São as seguintes as operações a destacar:

· Desbaratou quadrilha que cobrava por regalias para apenados em Brusque. Resultado: agente público condenado a 6 anos de prisão e policial militar condenado a 2 anos e 4 meses de prisão em regime fechado.

· "Jogo Duplo": desarticulou esquema de exploração ilegal de jogo de azar em Balneário Camboriú. Resultado: denunciadas 15 pessoas e afastados dos cargos os dois agentes públicos envolvidos no esquema.

· "Conexão Rio-Biguaçu": investigou crimes de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Resultado: duas prisões, um deles era foragido do Rio de Janeiro.

· "Amigo Oculto": resultou na prisão em Brusque de Claúdio Adriano Ribeiro, o Papagaio, um dos principais assaltantes a carros fortes do estado.

· "Medicamentos": prisão de duas pessoas em Joinville por contrabando e venda de medicamentos proibidos no Brasil (abortivos e estimulantes sexuais).

· Desbaratou quadrilha que vendia drogas em Joinville e região com conexões em outros estados, inclusive dentro de presídios. Resultado: nove pessoas foram presas.

· "Simbiose": desbaratou esquema de emissão ilegal de licenças ambientais e favorecimento de empresa de consultoria em Joinville. Resultado: denunciadas 11 pessoas.

· Prisão em flagrante de dois vereadores de Abelardo Luz por extorsão.

· Fraude em Concurso Público: operação em Cunha Porã e em Barra Bonita resultou na apreensão de gabaritos e documentos.

· "Carta fora do baralho": desbaratou esquema que envolvia a participação de policiais militares em diversos crimes em Chapecó. Resultado: denunciados sete soldados do 2º Batalhão da Polícia Militar de Chapecó à Justiça Militar pelos crimes de peculato, concussão, prevaricação, abandono de posto, violação de sigilo funcional, patrocínio indébito e falsidade ideológica.

· Investigação de possíveis fraudes em pedidos de indenizações do Seguro DPVAT na região de Criciúma. Resultado: denúncia contra nove pessoas e na prisão temporária de três envolvidos na fraude.

· Combate ao tráfico de drogas: apreensão de 122 quilos de maconha em Criciúma e 15 pessoas denunciadas por tráfico de drogas; desarticulada quadrilha que agia no sul do estado.

· Fraude em votação na Câmara de Vereadores de Içara: propostas ações penais e ação de improbidade administrativa.

· "Alta Tensão": desbaratou quadrilha que furtava energia elétrica em Lages. Foram cumpridos 43 mandados de busca e apreensão.

· Expedição irregular de licença ambiental. Resultado: 12 pessoas denunciadas em São José do Cedro.

· Imigração: 4 pessoas presas por falsificar documentos no sul do estado.

Todas as ações estão bem detalhadas no relatório que foi entregue a v.exas. para que vejam que são questões das

mais diversas naturezas envolvendo a área da moralidade, do crime normal, do tráfico, da imigração, de fraudes. Há ações de toda natureza.

Estamos dando muita atenção à ordem tributária - e essa é uma contribuição que o Ministério Público tem dado para as finanças do estado -, fortalecendo nossa atuação. No final do ano passado e no início deste ano ampliamos as Promotorias Regionais, ou seja, inserimos algumas comarcas que não estavam inseridas nessas Promotorias Regionais e esperamos que isso dê muito mais efetividade, pois de acordo com as nossas estatísticas, as Promotorias Regionais da Ordem Tributária tinham uma produção muito maior do que aquelas que não faziam parte dessas regionais, porque o promotor submetido a muitas atividades, especialmente os promotores das comarcas pequenas, que fazem a clínica geral e atendem infância, juventude, meio ambiente, consumidor, crime e tudo o mais, acabavam não conseguindo dedicar-se com atenção a esse assunto que, a nosso ver, é bastante importante, pois tem a ver com as finanças e com a saúde financeira do estado.

No ano passado foram propostas 1.021 ações penais envolvendo a busca de R$ 305,84 milhões sonegados. São valores que possivelmente recuperaremos para o estado.

Também é importante ressaltar a atuação do promotor de Justiça que recebe essas informações da secretaria da Fazenda: ele notifica o empresário e antes da proposição da ação tenta uma composição para que não seja impetrada a ação penal. Com essa simples ação do Ministério Público, foram recolhidos, no ano passado, aos cofres do estado R$ 46,607 milhões e houve o parcelamento de R$ 47,304 milhões. Provavelmente uma boa parcela já foi paga, ou seja, praticamente R$ 90 milhões já foram recuperados para os cofres públicos com essa ação do Ministério Público.

O número de solicitações de apoio ao Centro da Ordem Tributária foi bastante significativo, somando 887.

As operações nessa área foram as seguintes:

· No Dia Nacional de Combate à Sonegação Fiscal foram oferecidas 136 denúncias envolvendo a busca de R$ 124,27 milhões sonegados. A ação contou com a participação de 40 promotores de Justiça.

· "Viagem 81": operação desarticulou esquema de comércio de bebidas sem emissão de notas fiscais no oeste do estado que teria sonegado cerca de R$ 60 milhões.

· Promotorias Regionais: ampliada a área de abrangência das Promotorias Regionais da Ordem Tributária para garantir o efetivo combate à sonegação fiscal em todas as Comarcas de Santa Catarina.

Mas o efeito secundário, o efeito pedagógico disso, que deve ser destacado e que a própria secretaria da Fazenda demonstra, é que toda vez que há alguma ação em algum setor o valor, o índice de contribuição naquela área aumenta significativamente, e sobre isso v.exas. podem consultar a secretaria da Fazenda.

No setor de combustíveis, após uma ação desse tipo, de um dia para o outro o valor que é arrecadado cresce de forma significativa. Temos um exemplo disso na área naval, de combustíveis e em outras, que a própria secretaria da Fazenda nos relata. É impressionante o efeito pedagógico, o efeito secundário que essas ações produzem para o estado.

Na área da moralidade administrativa, temos ações em termos de ajustamento de conduta propostas pelo Ministério Público. Foram 115 ajustamentos de conduta e isso demonstra que o Ministério Público procura conversar com as partes e resolver de forma amistosa antes de propor as ações.

A grande vantagem do ajustamento de conduta e daqueles termos que mostrei para v.exas. que o nosso conselho superior analisa - e já estamos em 3.500 TACs - é que cai sensivelmente o número de ações judiciais que teríamos que propor. A lei confere ao Ministério Público a possibilidade de ajustar. O direito é do estado ou da sociedade e não do Ministério Público, que estabelece o modo, as condições e as formas e ajusta alguma irregularidade que há, o que é bastante interessante para a sociedade.

No caso da moralidade administrativa, temos 115 formas que foram resolvidas consensualmente. Houve a propositura de 254 ações civis públicas, algumas também não são possíveis de transação, e 49 denúncias na área da moralidade administrativa.

Ainda na área da moralidade administrativa, por sugestão do Ministério Público de Santa Catarina, a Corregedoria Nacional do Ministério Público indicou ao projeto de Justiça Plena a ação que trata da fraude envolvendo a construção da ponte Pedro Ivo Campos. Então, há a expectativa de que haja um julgamento em breve daquele processo, que vem-se arrastando há muitos anos.

Também foi firmado um TAC com a Assembléia Legislativa para regularizar a questão do controle de frequência dos servidores, que vem sendo cumprido. Inclusive, o Ministério Público em breve deverá vir conversar com o presidente para fazer o devido acompanhamento desse TAC, pois todos os ajustes de conduta instaurados são acompanhados até o seu efetivo cumprimento.

Ano passado, com a participação da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, foi realizado em Florianópolis um encontro dos estados do sul do país para debater o combate à corrupção no Dia Internacional contra a Corrupção.

Na área da infância e da juventude, da qual a Assembléia Legislativa é uma grande parceira do Ministério Público, desenvolvemos várias atividades juntos. Seguem-se os dados dessa área:

1. Notícias de atos infracionais..... 23.347
2. Representações..... 3.195
3. Remissões..... 6.594
4. Requerimentos de internação provisória 311
5. Ações Civis Públicas..... 151
6. Ações civis..... 1.614
7. Solicitações apoio atendidas pelo CIJ.. 952

Representação é o oferecimento de abertura de processo contra a infância, contra adolescentes. Remissões são perdões concedidos por prática de ato infracional mediante algumas condições, ou seja, prestação de serviços para a comunidade, frequência na escola, tratamento e algumas outras condições que se imputa aos adolescentes.

Isso desmistifica um pouco aquela história de que adolescente não sofre consequência nenhuma. Ao contrário, os adolescentes sofrem, sim. Temos praticamente 10 mil adolescentes que sofreram alguma consequência, que foram responsabilizados por seus atos. Há uma demanda grande, o que demonstra que efetivamente há a tomada de medidas contra os adolescentes.

Quanto aos requerimentos de internação provisória temos problemas, pois não há locais para interná-los. Muitos desses adolescentes necessitam ser internados, precisam ser retirados provisoriamente do convívio social, até para segurança da sociedade e do próprio adolescente, mas estamos com dificuldade de espaço. Contudo, em tratativas com o governo do estado, percebemos a boa vontade que há em resolver esse problema.

Também já havia falado para v.exas. que foi instaurado inquérito civil para apurar as condições de programas para acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto. Esse é um trabalho que realizamos em conjunto com o próprio Tribunal de Justiça e que teve início no ano passado, mas é um trabalho bastante longo, que provavelmente ainda perdurará ao longo de todo este ano, para depois, então, proporem-se políticas para a Assembleia Legislativa e para o Poder Executivo, a fim de tentar melhorar essa condição.

Temos alguns dados de um programa nosso denominado Apoia, que registrou 6.347 casos de evasão escolar. Desses, por intervenção do Ministério Público, 5.400 retornaram à escola, 897 infelizmente ainda não retornaram e 42 ainda estão em acompanhamento.

Com relação ao FIA, os promotores de Justiça são contribuintes, e ontem mesmo já divulgamos para todo o estado, através do nosso portal, página especial para orientar e incentivar a sociedade a realizar doações dedutíveis do Importo de Renda.

Temos ainda programas de combate à violência sexual infanto-juvenil. O material produzido - 20 mil *folders* e 5 mil cartazes com esclarecimentos - já foi distribuído.

A campanha contra a pedofilia na internet iniciou nova fase com a impressão de 100 mil cartazes e 750 mil *folders* explicativos em parceria com a Alesc. A campanha conta ainda com o apoio da Escola do Legislativo e da ONG SaferNet/Brasil.

Através do Disque 100, os promotores de Justiça receberam do CIJ 1.883 denúncias, sendo 42,2% de violência física ou psicológica; 25,4% de abuso sexual; 21,9% de negligência e 10,4% de exploração sexual.

A área da infância, também é uma área que a Constituição diz que é prioridade absoluta e que o Ministério Público tem procurado dar atenção e prioridade, efetivamente.

Na área ambiental hoje, e v.exas. sabem disso, há grande procura porque a sociedade está motivada. Assim, foram firmados, ano passado, 240 TACs - Termos de Ajustamento de Conduta -, de forma consensual com os infratores; foram propostas 236 ações; foram realizadas 1.032 transações penais em razão de crimes ambientais de menor potencial ofensivo, os quais se procura resolver sem aplicação de pena, mediante algumas condições apenas.

Foram oferecidas 994 denúncias por crimes ambientais. Também o nosso centro de apoio foi, bastante demandado, com 701 solicitações de atendimento.

Ainda no ano passado criamos o Grupo de Atuação Especial de Proteção aos Animais. Destaco também que Santa Catarina tem uma mácula perante o Brasil, que é a questão da farra do boi. O Ministério Público, a Cidasc, a Polícia Ambiental, as SDS e vários outros organismos têm trabalhado no combate a essa prática de forma parceira. O ano de 2011, segundo avaliação da Polícia Militar, foi o ano em que houve menor incidência de casos de farra do boi, ou seja, estamos conseguindo superar esse problema. Inclusive, agora estamos com uma campanha que está sendo trabalhada, porque é nesse período, efetivamente, que a farra do boi acontece e a sociedade está começando a se conscientizar de que é um crime e que a sociedade em geral não o mais aceita. É um hábito cultural, mas que nós temos que superar.

Na questão do saneamento, ainda na área do meio ambiente, o Ministério Público fez um trabalho muito grande. Hoje, todo o estado já está bastante avançado, pois modificamos uma realidade na qual Santa Catarina tinha o segundo pior índice de saneamento básico do Brasil, só perdia para o Espírito Santo, tendo uma média de apenas 8% de tratamento dos seus efluentes, enquanto a média nacional é 44%. Não tenho os dados atuais de Santa Catarina, mas tenho certeza de que já devemos estar com uma cobertura de 16% e em curto espaço de tempo deveremos estar entre os melhores do país.

Pelo programa Lixo nosso de cada dia, tiveram início as tratativas que culminaram, em

2012, com o convênio com a Abes para avaliar os aterros sanitários do estado. Hoje praticamente não existem mais lixões, porque quase todos os municípios ou têm aterro sanitário ou estão dando a destinação correta aos resíduos, o que já é um avanço.

Com relação à regularização fundiária, também em parceria com o estado estamos fazendo um trabalho para regularizar e procedendo à capacitação, realizando seminários para resolver esse problema.

Há também uma atuação bastante grande na questão das reflorestadoras, pois há alguns anos já se vem fazendo ajustamentos de conduta. Com isso, áreas de preservação permanentes que são áreas nobres e importantes, especialmente para proteção dos nossos mananciais, estão sendo recuperadas. No ano passado, com uma só empresa, foram 285ha de áreas de preservação permanente que já começaram a ser recuperadas. Em 2008 ou 2010 foram 2.400ha numa só empresa, praticamente 1% do território de Santa Catarina.

Então, são valores muito significativos e essas questões estarão bastante adiantadas num curto espaço de tempo, coisa de cinco, seis anos, na nossa estimativa. Até aqueles índices vistos na imprensa recentemente, de que o estado estaria desmatando muito, inclusive áreas de preservação permanente, vamos conseguir reverter, demonstrando que estamos recuperando áreas de grande valor biológico e ambiental.

Na área do consumidor, temos 270 TACs firmados, 39 transações penais, 54 ações civis públicas, 184 denúncias e quase quinhentas solicitações de apoio.

Entre os programas desenvolvidos na área, temos o POA (Programa de Controle dos Produtos de Origem Animal), que é referência e está sendo levado, inclusive, pelo ministério da Agricultura para ser paradigma em todo o Brasil. Para os senhores terem uma ideia, foram apreendidos 109 mil quilos de produtos impróprios que estariam colocando seriamente em risco a saúde da nossa sociedade. Ontem, inclusive, num município da Grande Florianópolis foi feita mais uma operação na qual foram apreendidos mais de 500kg de produtos impróprios para a saúde.

O grande problema da comercialização desses produtos é efetivamente a saúde pública, mas há também a questão dos tributos, pois muitos deles não passam pelo crivo dos órgãos fiscalizatórios, então, é a qualidade, a concorrência, a sonegação de tributos e tantas outras coisas.

Por isso, esses programas são feitos através de força-tarefa em companhia da Cidasc, da Polícia Ambiental, da Polícia Militar e da secretaria da Fazenda. Assim, quando se faz alguma operação, todos os órgãos participam porque o Ministério Público tem priorizado a atuação em conjunto com vários órgãos efetivamente.

Também na questão dos agrotóxicos que envolvem tanto a saúde quanto a qualidade dos produtos, o Ministério Público, no ano passado, desenvolveu e continua fazendo um trabalho de acompanhamento e avaliação desses produtos.

O comércio de GLP da mesma forma. Na questão dos combustíveis, foram realizados 330 laudos técnicos no ano passado. E aqui outro dado importante: Santa Catarina é considerada no Brasil como tendo uma das melhores qualidades de combustível por conta desse acompanhamento, dessa fiscalização que é feita pelo Ministério Público em parceria com universidades, com o Inmetro e outros órgãos que fazem o controle da qualidade. Mensalmente são visitados postos de gasolina, é colhido material e feita a análise. Por conta disso, a qualidade melhora e não temos problemas como os que vimos no Rio de Janeiro, no ano passado, quando combustível adulterado foi encontrado em vários estabelecimentos.

Na área da cidadania e fundações, foram assinados 95 TACs, impetradas 470 ações civis públicas, sendo que 339 versam sobre saúde. Essa área engloba saúde, idosos, portadores de deficiências, fundações, e é chamada de vala comum, pois tudo aquilo que não tem uma atribuição específica acaba caindo na cidadania e fundações.

Nessa área o Ministério Público faz fiscalizações e acompanhamentos. Foram fiscalizadas 192 fundações cadastradas no Sistema de Cadastro de Prestação de Contas; foram inspecionadas 97 comunidades terapêuticas, ou seja, todas as comunidades terapêuticas cadastradas na Vigilância Sanitária foram fiscalizadas e visitadas pelo Ministério Público, no sentido de verificar as condições, orientar, cuidar e ver se as condições higiênicas e sanitárias estão sendo atendidas.

Em relação à acessibilidade, também estamos trabalhando. No ano passado foi feito um seminário em Chapecó sobre o tema fiscalização de internação psiquiátrica involuntária.

Na defesa civil, também em conjunto com alguns órgãos do estado, estamos fazendo algumas ações. No ano passado, durante aquelas tragédias, houve um acompanhamento bastante intenso pelo Ministério Público, especialmente na defesa dos direitos fundamentais dos atingidos. Estivemos lá orientando os promotores que se envolveram também na campanha juntamente com outros órgãos.

Também foi criado um grupo para capacitação e acompanhamento da problemática das drogas ilícitas, a fim de orientar os membros e servidores do MP, pois, como os senhores viram nos dados anteriores, o problema do tóxico e das drogas é uma das grandes mazelas que afeta o estado de Santa Catarina.

Sobre o controle de constitucionalidade, já que entre as atribuições do Ministério Público está também a segurança jurídica, cabe-nos verificar se as normas em nosso estado estão de acordo com a Constituição Federal, se as normas estaduais estão de acordo com a Constituição Estadual ou se as normas municipais acompanham também as demais normas hierarquicamente superiores.

Recebe também denúncias e representações sobre isso, e no ano passado emitiu 146 pareceres; propôs 29 Adins; 26 contratos legislativos municipais e três estaduais; uma representação à Procuradoria-Geral da República e também 120 solicitações de apoio.

Já encerrando, temos o nosso Ceaf, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento, que é um órgão encarregado da capacitação, do treinamento e do aperfeiçoamento dos nossos membros e servidores para prestação de serviços à população. Ele tem sido um órgão bastante ativo e efetivo nos últimos tempos, ministrando, especialmente em parceria com a ENA, Escola Nacional de Administração, diversos cursos para os nossos membros e servidores, visando à melhoria da qualidade do serviço e também realizando cursos.

O Ceaf também realiza cursos de preparação e de aperfeiçoamento para os membros, especialmente para os membros recém-ingressos na carreira, quando é feito todo um acompanhamento e orientação com eles. Realizou 47 cursos no ano passado, muitos deles abertos ao público em geral. Fazemos cursos, inclusive, com a participação do Tribunal de Contas, com a secretaria de Segurança Pública, envolvendo a Polícia Civil e a Polícia Militar, com a secretária da Fazenda, enfim, com vários órgãos. Quando o Ministério Público faz os cursos, a secretaria do Desenvolvimento Social também tem sido uma das nossas parceiras e tem participado dos mesmos.

O nosso Ceaf, além de toda a capacitação e aprimoramento, trabalha com a questão histórica do Ministério Público, pois cuida do Memorial do Ministério Público e já lançou um livro que os senhores receberam, no qual relata memórias do MP envolvendo depoimentos dos procuradores-gerais.

Já está no prelo também um novo livro, que trata das histórias do general Vieira da Rosa, que conta a história da Guerra do Contestado, um fato importante na história de Santa Catarina, pois estamos, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, tentando resgatar essa parte da nossa história.

Srs. deputados, em resumo, como disse, era o que queria trazer à Assembleia Legislativa. Outros dados e informações estão no material impresso e o Ministério Público fica à disposição para prestar outras informações aqui ou posteriormente, quando v.exas. quiserem.

O Ministério Público é um órgão da sociedade. Assim como os integrantes da Assembleia são os representantes da sociedade, nós, do Ministério Público, somos os defensores da sociedade por delegação dos legisladores. Então, penso que esta conversa entre o Ministério Público e a Assembleia Legislativa é para a sociedade catarinense muito importante e saudável e devemos estreitá-la.

Quero agradecer a atenção de todos os srs. parlamentares, a forma gentil, respeitosa, carinhosa com que sempre trataram o Ministério Público todas as vezes que aqui estivemos, bem como nossos colegas. Não podemos deixar de registrar, agradecer e esperar que a reciprocidade se dê também do Ministério Público com os senhores.

Todas as vezes que assuntos do interesse do Ministério Público tramitam nesta Casa, especialmente projetos de lei para criação de cargos tanto na nossa estrutura administrativa quanto nas Promotorias de Justiça, tem sido dada prioridade, a tramitação é ágil, desburocratizada. Percebemos que os parlamentares fazem um esforço grande para que os projetos tramitem facilmente. Agradecemos por isso também.

Estamos honrados por estar aqui neste momento, por compartilhar esses dados com os senhores, pois eles são também da Assembleia e da sociedade catarinense. Esperamos estar desincumbindo a contento a função que nos deram os legisladores, que é a defesa dos interesses da sociedade. Esperamos também, de alguma forma, ter contribuído e estar contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, para a construção da paz social, para a preservação dos direitos fundamentais de toda a sociedade catarinense, enfim, para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e melhor. Esse é o propósito do Ministério Público, o nosso esforço e por isso estaremos sempre à disposição de todos, especialmente dos deputados de Santa Catarina.

Muito obrigada pela atenção e fico à disposição.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em nome de todos os srs. deputados estaduais, esta Casa quer agradecer ao dr. Lio, aos procuradores adjuntos e ao corregedor do Ministério Público a presença e o relatório apresentado.

Quero dizer da alegria em tê-los aqui, cumprindo o preceito constitucional e, mais do que isso, cumprindo a obrigação que todos nós temos de fornecer à sociedade catarinense as informações sobre o que ocorre no dia a dia das instituições.

Muito obrigado!

No ano que vem novamente estaremos aguardando-os para termos o relatório de 2012, que será de muito trabalho em prol da sociedade catarinense. Esta Casa sente-se honrada em ser, ao longo da história, parceira no interesse público do Ministério Público.

Esta Presidência encerra a presente sessão e logo em seguida reabrirá a sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO

Ata nº 35

Termo de Eliminação da Documentação da Assembleia Legislativa

O prazo final de guarda documental respeita o que determina a TTD - Tabela de Temporalidade Documental, em vigor, integrante da Resolução 05/2007. Os documentos aqui registrados foram avaliados pela Coordenadoria de Documentação/Gerência do Centro de Memória, respeitando-se as determinações legais: - Anais 2006 (cópias); - Indicações de 2003 e 2004; - Lista de Presença e Justificativas dos Senhores Deputados dos anos de 1999, 2000 e 2001; - Moções, anos 2003 e 2004; - Ofícios Capeados do ano de 2004; - Ofícios Diretoria Administrativa, 2005 e 2007; - Pedidos de Informação do ano de 2004; - Portarias, 2009, 2010 e 2011; - Projetos de Decreto Legislativo, anos: 2000, 2001, e 2002; - Projetos de Lei, ano 2002; - Requerimentos capeados de 2003; - Telegramas e Telex expedidos pela Mesa, 2007. A contagem dos papéis (folhas) totalizou, aproximadamente, 70.000 (setenta mil) folhas, que serão encaminhadas a entidades filantrópicas para o efetivo descarte.

Florianópolis, 02 de abril de 2012.

Tulia de Freitas Ribeiro
Coordenadora

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LIGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 07 DE MARÇO DE 2012, ÀS 13:30 HORAS, NA SALA DAS COMISSÕES.

Às treze horas e trinta minutos, do dia 07 de março de dois mil e doze, reuniram-se, sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os Deputados: Carlos Chiodini, Dado Cherem, José Milton Scheffer, Sarafin Venson, apresentaram justificativa as Dirce Heiderscheidt, Luciane Maria Carminatti e Angela Albino. O Presidente agradeceu a presença dos Deputados e dando prosseguimento, apresentou a Coordenadora da Comissão, Sra Janice Aparecida Steidel Krasniak, que fazendo uso da palavra relatou ações que foram realizadas durante o mês de fevereiro e após explanação entregou o "Relatório Mundial sobre a Pessoa com Deficiência". Em seguida, o Presidente solicitou a deliberação do envio de uma correspondência, ao Governador do Estado, sugerindo a analise e possibilidade da criação de um órgão no executivo para tratar especificamente das políticas públicas voltadas a pessoa com deficiência que foi aprovado por unanimidade. Na sequencia, o Deputado Sarafim Venson, sugeriu parceria com a Secretaria de Estado Assistência Social, Trabalho e Habitação no Programa "Bom Pastor" e colocou-se a disposição para auxiliar a comissão. O Deputado Carlos Chiodini, ressaltou a importância da comissão e pediu apoio dos legisladores quanto a realização de eventos que debatam o tema e que seja envolvida a sociedade civil e a sociedade organizada. O Presidente fez uma explanação sobre a compilação das leis voltadas a pessoa com deficiência, que serão divididas em acordos internacionais, federais, decretos da legislação estadual. Em seguida, atendendo o requerimento da Deputada Ana Paula Lima, passou a palavra ao Presidente da Federação Catarinense das APAEs, Júlio César de Aguiar, que fez uma explanação sucinta, sobre o 1º Seminário Catarinense sobre o Processo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência no Brasil, que será realizado em Blumenau. Dando continuidade, colocou em votação a realização do evento que foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado José Míltom Scheffer, fez uma explanação sobre o evento que acontecerá no dia 21.03 que é um ato comemorativo do Dia Estadual da Síndrome de Dawn. O Deputado Carlos Chiodini, colocou a comissão da educação a disposição, para auxiliar na realização do Seminário sobre a inclusão escolar. O Presidente da Comissão José Nei Alberton Ascari, passou a palavra ao João Paulo que é surdo, que enfatizou a importância de um Intérprete nas comissões. Após o Presidente da Comissão, Deputado José Nei Alberton Ascari, agradeceu e ressaltou que esta é uma demonstração que temos um campo fértil e não só de debates ou teorias, mas de ações que possam contemplar benefícios a esse segmento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasniak, Coordenadora da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 07 de março de dois mil e doze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte oito de março de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Darci de matos, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Gilmar Knaesel, Manoel Mota, Marcos Vieira, Neodi Saretta, e o Deputado Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 5ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o Deputado Neodi Saretta relatou o PL./0255.0/2011, que institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu pareceu foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, o Deputado Aldo Schneider pediu vista em gabinete. O Deputado Aldo Schneider relatou o PL./0068.0/2012, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Pouso Redondo para construção das sedes da Policia Civil, Policia Militar e Corpo de Bombeiros, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, aprovado por unanimidade. O Deputado Gilmar Knaesel apresentou um Requerimento solicitando a presença do Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado da Administração, Secretário de Estado da Infraestrurura, e o Secretário de Estado da Defesa Civil, para prestar esclarecimento referente ao Projeto de Lei nº 0032.9/2012, que autoriza a contratação de Operação de Crédito com o BNDES no valor de R$ 611.000.000,00, para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade para a vinda dos mesmos no dia onze de abril de dois mil e doze. O Deputado Neodi Saretta relatou em nome da Deputada Luciane Carminatti o PL./0109.2/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dependência exclusiva para amamentação e fraldário em Terminais Rodoviários Intermunicipais no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Manoel Mota relatou o PL./0374.6/2010, que proíbe a utilização de telefone celular ou equipamento similar no interior dos estabelecimentos bancários e instituições assemelhadas e adota outras providências, seu parecer foi para o encaminhamento do projeto à Comissão de Constituição e Justiça, posto em discussão e votação, os Deputados Sargento Amauri Soares e Marcos Viera pediram vista em gabinete. O Deputado Manoel Mota relatou o PL./0016.9/2012, que institui a Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, o Deputado Darci de Matos pediu vista em gabinete. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte oito março de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte de março do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Silvio Dreveck, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Deputados Silvio Dreveck, Dirce Heiderscheidt substituindo o Deputado Elizeu Mattos; Altair Guidi, Angela Albino, Marcos Vieira e Mauro de Nadal substituindo o Deputado Manoel Mota. Em seguida, leu os Ofícios nºs 011/12, do Deputado Elizeu Mattos, comunicando a sua substituição na reunião pela Deputada Dirce Heiderscheidt e a justificativa de ausência do Deputado Ciro Roza por estar viajando à Africa, e leu as Moções da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, uma requerendo a concessão de isenção da

cobrança ad taxa de Agua aos agricultores, que a solicitam via Casan, por não mais possuirem água em suas propriedades; e a outra solicitando informações acerca do andamento do projeto que prevê a disponibilização do sinal de telefonia móvel e Internet no meio rural, especificamente no Município de São José do Cedro; da Câmara de Capinzal, solicitando urgência na criação da Região Metropolitana do Contestado; de Joinville, apelando para que o PL 2.295/00 que estabelece a jornada máxima de 30 horas semanais para trabalbadores da área da saúde seja pautado na Ordem do Dia e sancionado pela Presidenta; bem como a PEC nº 231/95 que dispõe sobre a redução de jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de trabalho, que tramita há 14 anos no Congresso Nacional e as Moções nºs 152 e 154/12, de São Bento do Sul, solicitando atenção para os problemas oriundos de falta de recursos para a Maternidade e Hospital Sagrada Família e a de nº 154/12, solicitando agilidade na distribuição de carteirinhas e informações referentes aos médicos conveniados ao SC-Saúde, com abrangência a partir de 1º de fevereiro de 2012. Colocou em, discussão e votação os PLs nºs 0005.6/12, Relatora Angela Albino, 0029.3/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0041.0/12, Relator Deputado Silvio Dreveck, 0042.0/11 com emenda substitutiva global, Relator Deputado Manoel Mota; 0074.8/12, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0528.6/11, Relatora Deputada Angela Albino; 0534.4/11 com emenda modificativa, Relator Deputado, Marcos Vieira; 0535.5/11, Relator Deputado Marcos Vieira; 0564.0/11, Relatora Deputada Angela Albino; 0565.0/11, Relator Deputado Altair Guidi; 0566.1/11, com emenda modificativa, Relator Deputado Marcos Vieira; 0568.3/11, Relator Deputado Marcos Vieira; 0570.8/11, Relator Deputado Altair Guidi Todos aprovados por unanimidade. E os Oficios nºs 0017.6/12; 0257.9/11 com voto pelo Diligenciamento; 0379.7/08 e 468.7/11 pela aprovação, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.Sala das Comissões, 20 de março de 2012

Deputado Silvio Dreveck
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, INCLUINDO COMPRESSORES E O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO INSTALADO NO PALÁCIO BARRIGA VERDE E NOS DEMAIS PRÉDIOS LOCADOS PELA ALESC.

DATA: 12/04/2012 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 12 de abril de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 29 de março de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 554/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 011/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.

Lote 01 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 88.255,10

Lote 02 -
Vencedora: ALEXANDRA DOS PASSOS ME
Valor do Último Lance: R$ 6.481,50

Lote 03 -
Vencedora: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Valor do Último Lance: R$ 34.400,00

Lote 04 -
Vencedora: José Paulo Bitencourt ME
Valor do Último Lance: R$ 12.680,00

Lote 05 -
Vencedora: DIAL SUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME
Valor do Último Lance: R$ 30.900,00

Lote 06 -
Vencedora: DIAL SUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME
Valor do Último Lance: R$ 8.724,00

Lote 07 -
Vencedora: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
Valor do Último Lance: R$ 5.228,00

Lote 08 -
Vencedora: José Paulo Bitencourt ME
Valor do Último Lance: R$ 880,00

Lote 09 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 69.800,00

Lote 10 -
Vencedora: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Valor do Último Lance: R$ 39.140,00

Lote 11 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 79.593,00

Lote 12 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 69.000,00

Lote 13 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 285.000,00

Lote 14 -
Vencedora: José Paulo Bitencourt ME
Valor do Último Lance: R$ 4.382,00

Lote 15 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 6.600,00

Lote 16 -
Vencedora: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
Valor do Último Lance: R$ 17.965,50

Lote 17 -
Vencedora: COMERCIAL CRONUS LTDA
Valor do Último Lance: R$ 20.460,00

Lote 18 -
Vencedora: COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO INFORMÁTICA LTDA - ESCRIMATE
Valor do Último Lance: R$ 6.280,00

Lote 19 -
Vencedora: COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO INFORMÁTICA LTDA - ESCRIMATE
Valor do Último Lance: R$ 9.999,00

Lote 20 -
Vencedora: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 281.988,20

Lote 21 -
Vencedora: José Paulo Bitencourt ME
Valor do Último Lance: R$ 19.780,00

Lote 22 -
Vencedora: José Paulo Bitencourt ME
Valor do Último Lance: R$ 13.370,00

Lote 23 -
Vencedora: José Paulo Bitencourt ME
Valor do Último Lance: R$ 450,00

Lote 24 -
Vencedora: COMERCIAL CRONUS LTDA
Valor do Último Lance: R$ 585,00

Florianópolis, 30 de março de 2012

JUÇARA HELENA REBELATTO
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 034/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 004/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 002/2012.
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção dos prédios da ALESC, assim como dos equipamentos nele instalados.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (14 de março de 2012).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 002/2012.

Item	Produto	Qtdade	Un	Marca /Modelo	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1.	CIMENTCOLA DE 25KG	10	SACO	Votoran	6,55	65,50
2.	LINHA DE NYLON 0,60MM PARA USO GERAL	5	CAIXA	Vonder	6,50	32,50
3.	DOBRADIÇA EM LATÃO PARA PORTA 3 POLEGADAS 1/2	50	PEÇA	Soprano	3,10	155,00
4.	FECHADURA METÁLICA PARA GAVETA CILINDRO CURTO	50	PEÇA	Soprano	3,28	164,00
5.	FECHADURA METÁLICA PARA GAVETA CILINDRO LONGO	50	UN	Soprano	3,96	198,00
6.	FECHADURA METÁLICA LOCK WEL CROMADA CÓD. 4149	20	PEÇA	Soprano	26,63	532,60
7.	FECHADURA DE GAVETA, COM PINO, DE PRESSÃO	20	PEÇA	Soprano	7,12	142,40
8.	FECHADURA TIPO LA FONTE COD.6521, ACABAMENTO PPF	20	PEÇA	La fonte	49,50	990,00
9.	MOLA HIDRÁULICA DORMA MA 200/4	10	PEÇA	Soprano	79,24	792,40
10.	CIMENTO SACO COM 25 KG	10	UN	Votoran	12,70	127,00
11.	AREIA MÉDIA GROSSA	10	SACO	Votoran	4,50	45,00
12.	ARGAMASSA MÉDIA FINA	10	SACO	Votoran	4,52	45,20
13.	ARGAMASSA MÉDIA FINA PARA REBOCO	10	SACO	Votoran	4,80	48,00
14.	TRENA METALICA MEDINDO 7 METROS	10	UN	vonder	8,25	82,50
15.	DOBRADIÇA TIPO CANOPLA PARA ARMÁRIOS	20	PEÇA	Soprano	1,80	36,00
16.	LONA PLÁSTICA PRETA 4 X 100 M	5	ROLO	Lonax	183,93	919,65
17.	REJUNTE PARA PISO E AZULEJO,PACOTE 1 KG	5	KG	Votoran	1,90	9,50
18.	CABIDE CROMADO TIPO IZE - DECA	30	UN	Euro	45,00	1.350,00
						Valor Total R$ 5.735,25

1ª REGISTRADA: RUTH DA SILVA SEIXAS ME
Endereço: Rua Aleixo Kloss, nº 19, Bairro Mossunguê, Curitiba/PR
CEP 81200-310
Fone/fax (41) 3372-6553
e-mail nilson@brepi.com.br
CNPJ/MF nº 07.072.361/0001-92
Florianópolis, 27 de março de 2012
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 035/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 010/2012, celebrado em 08/03/2012.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: **Thyssenkrupp Elevadores S/A.**
OBJETO: Prestação de serviços de conservação e assistência técnica (compreendendo a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças), de 01 (um) elevador e 01 (uma) plataforma vertical da marca **ThyssenKrupp,**
VALOR ANUAL: R$ 7.508,40
VALOR MENSAL: R$ 625,70
PRAZO: 01/01/2012 até 31/12/2012
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Dispensa de Licitação CL nº 081/2012-CDD, parte integrante deste instrumento, assim como todas as condições contidas nas peças que a compõe; Autorização Administrativa
Florianópolis, 30 de março de 2012.
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Mário Augusto da Silva Fatori- Administrador
Paula Machado de Aquino- Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 036/2012

REFERENTE: 05º Termo Aditivo de 21/03/2012, referente ao Contrato CL nº 034/2009, celebrado em 11/11/2009.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Quality's Coletas Transportes Serviços Ltda-Me
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade, com base na reivindicação da Contratada, reajustar o contrato original em 16,83% (dezesseis vírgula oitenta e três por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de dezembro/2009 a novembro/2011, com eficácia a partir da competência março/2012, passando o valor mensal do contrato de R$ 18.199,00 (dezoito mil cento e noventa e nove reais) para R$ 21.262,43 (vinte e um mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), representando um acréscimo mensal de R$ 3.063,43 (três mil sessenta e três reais e quarenta e três centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 30 de março de 2012.
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Edson Adilso Heck- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 037/2012

REFERENTE: 11º Termo Aditivo de 29/02/2012, referente ao Contrato CL nº 034/2009, celebrado em 02/02/2010.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda-Me
OBJETO: Alteração quantitativa do objeto original, acrescentando 01 (uma) assinatura **digital da Revista Veja** .
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e § 1º, combinados com os arts. 57, IV e 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.
Florianópolis, 30 de março de 2012.
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Rosely Munch- Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda-Me

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 599, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EDUARDO MOMBELLI DA LUZ**, matrícula nº 6801, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Liderança do PTB).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 600, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RONEY ABEL GUTERRES**, matrícula nº 6236, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 601, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3309, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 602, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 3309, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto - Chapecó).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 603, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JERRY EDSON COMPER**, matrícula nº 6585, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 604, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JERRY EDSON COMPER, matrícula nº 6585, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 605, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GILMAR DAROLT, matrícula nº 9048, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider - Ituporanga).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 606, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUCIANO MEZALIRA**, matrícula nº 4289, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 607, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LETÍCIA PEREIRA**, matrícula nº 6988, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 608, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ROSALINA NOGUEIRA DA SILVA**, matrícula nº 6986, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 609, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **KAUAN THIRE MARTINI FIN**, matrícula nº 6989, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 610, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSE CARLOS VARGAS MARIANO**, matrícula nº 6612, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 611, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA**, matrícula nº 3913, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 612, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **TIAGO MAESTRI**, matrícula nº 6862, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2012 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 613, 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0712/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA**, matrícula nº 6338, por 09 (nove) dias, a contar de 08 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 614, 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2661	Rose Mari Bargen	08	17/01/12	664/2012
1457	Edson Jose de Souza	07	27/02/12	683/2012
1447	Alair Nazarete Pacheco	90	31/03/12	703/2012
1377	Dulcinéia Regis	30	07/03/12	706/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 615, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput, *da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2661	Rose Mari Bargen	05	01/12/11	664/2012
1223	Regina Maura Santos Soares	110	06/02/12	682/2012
1365	Dorli Felippi Mantovani	45	24/02/12	705/2012
895	Derlei Catarina de Luca	35	28/02/12	704/2012
1514	Itamar Pires Pacheco	15	01/03/12	709/2012
1514	Itamar Pires Pacheco	10	26/03/12	709/2012
1823	Maria de Lourdes Ghizzo	60	02/03/12	713/2012
620	Sergio Rogério Furtado Arruda	30	05/03/12	716/2012
1441	Maurílio Alves	09	08/03/12	710/2012
438	Salvio Zulmar de Souza	30	08/03/12	711/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 616, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput, *da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1409	Martha Fernandez Gonzaga Curial	06	12/03/12	717/2012
2022	Elenice Martins Ferreira Ramos	30	12/03/12	707/2012
1290	Heloisa Mara Lisboa Vieira	11	13/03/12	708/2012
1749	Sandra Mara Coelho	30	13/03/12	715/2012
1282	Richard Silva	45	21/03/12	718/2012
461	Zélia Terezinha Souza	17	09/03/12	714/2012
461	Zélia Terezinha Souza	30	27/03/12	714/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 617, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa,** a contar de 01 de abril de 2012.

Gab Dep Dado Cherem

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6614	ANDRE RODRIGO PAMPLONA	PALHOÇA
7023	JONATHAS MIGUEL	BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 618, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, na DL/CC- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a contar de 1º de abril de 2012

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 619, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA DE FATIMA BARRETO BECKER**, matrícula nº 1402, no Gabinete do Deputado Mauro de Nadal, a contar de 1º de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 620, de 02 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ARLINDA SANDRI**, matrícula nº 1133, na DA - Coordenadoria de Serviços Gerais, a contar de 04 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 121/12

Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 9º da Lei 13.336, de 8 de março de 2005, que "Institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL, e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESPORTE, no âmbito do sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, e estabelece outras providências.

Art. 1º Ficam acrescidos os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 9º da Lei n. 13.336, de 8 de março de 2005, com a seguinte redação:

"Art. 9º.....

§1º - Os projetos de que trata o *caput* deste artigo, quando relativos à eventos com previsão de comercialização ou distribuição de cerveja artesanal, chopp artesanal e vinhos, produzidos no Estado por pessoa jurídica com sede no Estado de Santa Catarina, terão protocolo condicionado a um termo de reserva de no mínimo 20% da oferta das referidas bebidas prevista para o evento, objeto do projeto.

§2º Para os efeitos desta lei, consideram-se artesanais a cerveja e o chopp produzidos por cervejaria independente e tradicional, com produção anual inferior a 2. 400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) litros e que não possua participação societária de grandes empresas do ramo de bebidas alcoólicas.

§3º Os recursos a que se refere este artigo somente serão liberados aos eventos que contenham projeto com termo de reserva anexo, mediante a comprovação da contratação das empresas produtoras definidas no §2º, através de carta convite ou licitação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Cherem

Lido no Expediente

Sessão de 29/03/12

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei pretende assegurar espaço para as cervejarias artesanais e para os produtores de vinhos do Estado de Santa Catarina nos eventos nos quais haja participação do Poder Público, por meio de recursos dos fundos que compõem o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC.

A degustação dos vinhos e dos produtos das cervejarias artesanais faz parte da cultura do Estado e aguça a curiosidade dos turistas em visita a nossa terra.

A medida tem o condão de incentivar o turismo e a atividade econômica de produção de vinhos e de cerveja e chopp artesanais, que sofre uma concorrência desleal das grandes cervejarias que juntas detém 99% do mercado.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 002/2012

Altera o Anexo Único da Lei nº 15.289, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE - Gestão/SEA.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 15.289, de 23 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE - Gestão/SEA, a ser administrado pela Secretaria de Estado da Administração - SEA, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

"ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

(art. 115, § 2º da CE)

Finalidade: atender ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE - Gestão/SEA.

R$ 1,00

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortizações (A)	Encargos (B)	Total (A+B)
2012	1.200.000,00	10.000.000,00	-	337.641,63	337.641,63
2013	-	-	-	778.384,54	778.384,54
2014	-	-	-	778.384,54	778.384,54
2015	-	-	1.833.333,26	844.725,03	2.678.058,29
2016	-	-	1.999.999,95	562.284,29	2.562.284,24
2017	-	-	2.000.000,04	405.941,68	2.405.941,72
2018	-	-	2.000.000,04	251.263,52	2.251.263,56
2019	-	-	2.000.000,04	96.585,36	2.096.585,40
2020	-	-	166.666,67	1.094,82	167.761,49
Total	1.200.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	4.056.305,40	14.056.305,40

" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de março de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 005/2012

Institui o Dia Estadual do Garçom.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Garçom a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

RELATÓRIO

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 01/03/2012 À 31/03/2012

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	BARRILETE PVC EVOLUTION PERMUTION 10 LITROS	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 166,37	R$ 166,37
4	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 140,00	R$ 560,00
6	PLACA EM AÇO FOTOGRAVADA 24X15 CM, COM ESTOJO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 110,00	R$ 660,00
60	TUBO PLASTICO CANO DE ESGOTO, 40MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 3,05	R$ 183,00
20	LUVA EM PVC 40MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 0,97	R$ 19,40
20	T EM PVC PARA ESGOTO 40 MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 1,78	R$ 35,60
1	CONSERTO DE APARELHO DE FAX BROTHER	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R$ 98,00	R$ 98,00
10	PASTA SUSPENSA, PLASTIFICADA, CORPO EM CARTÃO COM GRAMATURA APROXIMADA DE 330G, VISOR E COM VARÃO EM AÇO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R$ 51,36	R$ 513,60

20	BLOCO P/RECADO,AUTO ADESIVO,MED.2,5 X 4,5, COM 50 FOLHAS PLASTIFICADAS (TAPE FLAGN)	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R$ 4,75	R$ 95,00
500	LÁPIS PRETO 6B	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 0,65	R$ 325,00
12	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 27,50	R$ 330,00
4	CANETA PARA MARCAÇÃO PERMANENTE	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 1,95	R$ 7,80
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ROLDANAS PARA PORTÃO DE CORRER.	MAURI JOSÉ VIEIRA ME	R$ 180,00	R$ 180,00
1	AQUISIÇÃO DE PLACA PARA MOTOR PORTÃO DE CORRER	MAURI JOSÉ VIEIRA ME	R$ 110,00	R$ 110,00
90	REFEICAO COFFE BREAK	BETINA PETERS ME (RESTAURANTE)	R$ 10,80	R$ 972,00
1	CREATININA CINÉTICO COLORIMÉTRICO - LABTEST	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 29,17	R$ 29,17
2	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEIS DE LATEX TAM. G	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 18,00	R$ 36,00
2	LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTOS TAM. P	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 18,00	R$ 36,00
2	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL LÁTEX TAMANHO EXTRA PEQUENA	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 18,00	R$ 36,00
6	CANETA MARCADOR PARA RETROPROJETOR, AZUL, PONTA FINA	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 4,90	R$ 29,40
5	ESCOVA FINA PARA LAVAGEM DE TUBO DE ENSAIO	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 2,06	R$ 10,30
12	ÁLCOOL ETÍLICO 70%	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 4,99	R$ 59,88
6	ÁLCOOL ETÍLICO 96%	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 5,80	R$ 34,80
1	ABAIXADOR DE LINGUA COM 50 UN.	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 3,84	R$ 3,84
2	BANDAGEM ANTI-SÉPTICA P/ PÓS-COLETA (BLOOD STOP)	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R$ 14,00	R$ 28,00
1	AST - PP (MÉTODO CINÉTICO UV) LABTEST	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 48,00	R$ 48,00
1	ALT - PP (MÉTODO CINÉTICO UV) LABTEST	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 48,00	R$ 48,00
1	GAMA GT - PP LABTEST	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 49,00	R$ 49,00
1	URÉIA UV - PP (METODO CENÉTICO) LABTEST	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 75,00	R$ 75,00
1	SORO P/ TESTE ANTI-A.	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 14,50	R$ 14,50
1	SORO P/ TESTE ANTI-B.	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 14,50	R$ 14,50
1	ÁCIDO ÚRICO ENZIMÁTICO - LABTEST	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 46,30	R$ 46,30
500	FRASCO PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE ROSCA PARA COLETA DE URINA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 0,25	R$ 125,00
1	INSTANT - PROV CONJ. DE CORANTES PARA HEMATOLOGIA (NEWPROV).	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 25,00	R$ 25,00
2	LUVA LATEX DESCARTÁVEL (TAMANHO MÉDIO)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 16,00	R$ 32,00
2	TUBO VACUTAINER PARA COAGULOGRAMA (TAMPA AZUL)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 36,00	R$ 72,00
200	TUBO DE ENSAIO DE 5 ML (TUBO DE HEMÓLISE - VIDRO)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 0,12	R$ 24,00
10	LÂMINA DE VIDRO COM BORDA LAPIDADA - BIOSLIDE	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 2,70	R$ 27,00
1	ANTÍGENO RPR - BRÁS (PRONTO P/ VDRL) 3 ML (550219) (LABORCLIN)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 27,00	R$ 27,00
1	PIPETADOR AUTOMÁTICO DE VOL. AJUSTÁVEL 200/1000	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 238,00	R$ 238,00
2	DETERGENTE NEUTRO PARA VIDRARIA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 29,00	R$ 58,00
6	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 11,50	R$ 69,00
100	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML C/ AGULHA 25/7	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 0,28	R$ 28,00
100	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML C/ AGULHA 25/7	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 0,54	R$ 54,00
1	GAZE EM ROLO C/ CINCO DOBRAS	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 32,00	R$ 32,00
1	AGULHAS MULTI SAMPLE NEEDLE 0,80 X 25 MM P/ VACUTAINER (CX. C/ 100 UNID)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 28,00	R$ 28,00
1	GLICOSE ENZIMÁTICO - LABTEST	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 37,00	R$ 37,00
150	PILHAS PEQUENA ALCALINA - AA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 1,45	R$ 217,50

150	PILHAS PALITO ALCALINA - AAA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 1,45	R$ 217,50
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R$ 957,00	R$ 957,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R$ 957,00	R$ 957,00
2	BUSCOPAN COMP.	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 9,88	R$ 19,76
3	CEFALIUM OU CEFALIV COMP (CAIXA C/ 12)	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 15,51	R$ 46,53
4	DERSANI 100 ML	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 41,78	R$ 167,12
3	DORFLEX COMP. CX. 30	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 11,39	R$ 34,17
2	NEOSALDINA COMP. (CX. C/20 COMP.)	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 14,00	R$ 28,00
5	NOVALGINA COMP. 500MG	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 6,53	R$ 32,65
4	NOVALGINA GOTAS 20 ML	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 13,35	R$ 53,40
3	PARACETAMOL/TYLENOL 750MG 20 COMP.	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 20,96	R$ 62,88
15	SORO FISIOLÓGICO 0,9 100ML	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R$ 1,25	R$ 18,75
3	PEN DRIVE CAPACIDADE DE 8.0 GB	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R$ 28,60	R$ 85,80
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MJA 7335	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MZI 5725	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MZI 5675	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MZI 5745	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MZI 5795	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MZI 5765	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MJA 9005	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MZI 5735	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	COLOCAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ NO VEÍCULO DE PLACA MJR 1048	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 90,00	R$ 90,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R$ 950,00	R$ 950,00
10	PLACA EM AÇO FOTOGRAVADA 24X15 CM, COM ESTOJO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 110,00	R$ 1.100,00
1	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL 1,50 X 3,00M	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R$ 225,00	R$ 225,00
1	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL 1,10 X 1,00M	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R$ 70,00	R$ 70,00
1	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL 0,65 X 2,00M	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R$ 80,00	R$ 80,00
32	TROFEU EM ACRÍLICO FOTOGRAVADO COM ESTOJO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 36,00	R$ 1.152,00
5	PLACA EM AÇO FOTOGRAVADA 24X15 CM, COM ESTOJO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 110,00	R$ 550,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 30X20 CM, ESPESURA 0,8 MM, PAST-PATOUR EM VELUDO PRETO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO.	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 140,00	R$ 140,00
3	TINTA COR CONCRETO 18 LITROS	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 166,11	R$ 498,33
1	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - MEDINDO 27 X 107 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R$ 75,00	R$ 75,00
6	EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA, CAPACIDADE 10 LITROS	EXTINCENDIO COMÉRCIO DE MATERIAIS CONTRA INCÊNDIO LTDA.	R$ 110,00	R$ 660,00
30	SUPORTE PARA EXTINTOR METÁLICO	SUCESSO COM. EQUIP. CONTRA INCENDIOS LTDA EPP	R$ 1,90	R$ 57,00
30	PAPEL OFF SET, BRANCO, 120 GM², FORMATO A4 (PACOTE COM 1.000 FOLHAS)	Z.ZANETTI E CIA LTDA (MEGA PAPÉIS)	R$ 37,50	R$ 1.125,00
15	PAPEL OFF SET, BRANCO, 120 GM², FORMATO A3 (PACOTE COM 1.000 FOLHAS)	Z.ZANETTI E CIA LTDA (MEGA PAPÉIS)	R$ 80,00	R$ 1.200,00
20	PAPEL OFF SET, BRANCO, 180 GM², FORMATO A4 (PACOTE COM 1.000 FOLHAS)	Z.ZANETTI E CIA LTDA (MEGA PAPÉIS)	R$ 49,50	R$ 990,00
10	PAPEL OFF SET, BRANCO, 180 GM², FORMATO A3 (PACOTE COM 1.000 FOLHAS)	Z.ZANETTI E CIA LTDA (MEGA PAPÉIS)	R$ 110,00	R$ 1.100,00
1	CONSERTO DE CALCULADORA ELGIN, MODELO MB-7123	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R$ 78,00	R$ 78,00
20	LAMPADA PARA MONITOR LCD 15" QUADRADO	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 16,40	R$ 328,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 330u X 50V	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 0,30	R$ 6,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 1u X 100V	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 0,30	R$ 6,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 1000u X 35V	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 0,30	R$ 6,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 470u X 35V	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 0,30	R$ 6,00
20	CAPACITOR ELETROLÍTICO 0,22u X 100V	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 0,20	R$ 4,00
1	PINÇAS ASSISTENTE DE SOLDAGEM HK-151	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 20,00	R$ 20,00
1	PINÇAS CURVAS 125mm HK-15	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 5,00	R$ 5,00

5	CAMISINHA PARA SUGADOR DE ESTANHO	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 1,20	R$ 6,00
2	LIMPADOR TELA LCD	FEDERAL COMERCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA	R$ 15,00	R$ 30,00
4,3	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE 4,30 M² DE PELÍCULA PRATA REFLETIVA PROFISSIONAL	DAILHA COMERCIO E COLOCAÇÃO DE PELICULAS LTDA ME.	R$ 35,00	R$ 150,50
1	CIRCUITO INTEGRADO L6219 DIP 24 PINOS	GB BRASIL COMERCIO DE COMPONENTE ELETRO ELETRONICO LTDA ME	R$ 69,80	R$ 69,80
2	CIMENTO SACO COM 50 KG	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 23,30	R$ 46,60
10	AREIA MEDIA	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 3,40	R$ 34,00
1	CONSERTO DO CORRIMÃO EM AÇO INOX DA CABINA DO ELEVADOR SOCIAL	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME	R$ 380,00	R$ 380,00
34,7	SERVIÇO DE LAVANDERIA	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R$ 6,60	R$ 229,02
30,7	SERVIÇO DE LAVANDERIA	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R$ 7,00	R$ 214,90
1	RESMA DE PAPEL VERDE CLARO COLOR-PLUS 180 GRAMAS	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP	R$ 437,00	R$ 437,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RECOLOCAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO MEDINDO 11,00 X 1,30M	NELSON CRISTIANO SANTOS JUCOSKI ME.	R$ 299,70	R$ 299,70
1	SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO MEDINDO 14,70 X 2,30M	NELSON CRISTIANO SANTOS JUCOSKI ME.	R$ 1.014,30	R$ 1.014,30
8	CARTUCHO TONER 21905R	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 250,00	R$ 2.000,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R$ 957,00	R$ 957,00
1	TAPETE TAMANHO 4 X 3 M.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
1	LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TUBARÃO - ACIT	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
36	XICARA COM PIRES DE PORCELANA PARA CAFEZINHO * NA COR BRANCA *	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 6,80	R$ 244,80
2	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PRETO 2,5 MM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 59,65	R$ 119,30
2	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL VERDE 2,5 MM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 59,65	R$ 119,30
10	LÂMPADA ELÉTRICA LUZ MISTA, BASE E-27, 160 WATTS, 220 VOLTS	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 14,50	R$ 145,00
200	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 16W T8	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 4,40	R$ 880,00
100	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 32W T8	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 4,40	R$ 440,00
100	LÂMPADA ESPIRAL DE 15W 220V 6500K BRANCA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 10,00	R$ 1.000,00
100	LÂMPADA ELÉTRICA COMPACTA FLUORESCENTE NA COR 41, 15W/ 220V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 8,00	R$ 800,00
2	GUIA PASSA FIO	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 21,00	R$ 42,00
20	LÂMPADA ELÉTRICA TIPO PAR 38 HALÓGENA 100 W /240 V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 18,00	R$ 360,00
40	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE COMPACTA LUZ AMARELA DE 15 W	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 10,00	R$ 400,00
3	ENVELOPE SACO PARDO, 250 X 35,3, GRAFT,80, CAIXA COM 250 UNIDADES	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R$ 25,90	R$ 77,70
10	PEN DRIVE CAPACIDADE DE 4.0 GB	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R$ 18,90	R$ 189,00
1	CONSERTO DE RELÓGIO PROTOCOLADOR. PATRIMONIO 24285	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R$ 284,00	R$ 284,00
1	GRAMPEADOR PARA PAPEIS TAMANHO GRANDE,CAP. PARA 06 TIPO DE GRAMPOS,P/240 FLS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 124,00	R$ 124,00
20	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL *	FLORIPETRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	R$ 2,15	R$ 43,00
20	LUVA EM PVC SOLDÁVEL 25 MM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 0,48	R$ 9,60
20	T EM PVC SOLDÁVEL 25 MM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 0,86	R$ 17,20
6	TUBO PVC 25 MM SOLDAVEL, BARRA COM 6 METROS	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 15,02	R$ 90,12
5	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS COD. X-060	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R$ 256,14	R$ 1.280,70
1	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS NA COR AREIA	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R$ 262,90	R$ 262,90
20	JOELHO EM PVC SOLDÁVEL 25MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 0,50	R$ 10,00
20	LUVA EM PVC MISTA,ROSCA / SOLDÁVEL 25 MM.¹/²	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 0,66	R$ 13,20
20	LUVA DE PVC MISTA, DE COLA PARA ROSCA 25MM X 3/4”	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 0,67	R$ 13,40
4	CANO DE 20MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 10,50	R$ 42,00
6	JOELHO EM PVC PARA ESGOTO 100 MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 6,22	R$ 37,32
6	T EM PVC SOLDÁVEL 100 MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 6,22	R$ 37,32
6	LUVA EM PVC PARA ESGOTO 100MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 2,67	R$ 16,02
20	SIFAO PLASTICO FLEXIVEL	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 6,56	R$ 131,20
20	ENGATE PLASTICO FLEXIVEL COM ANEL 40 CM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 17,44	R$ 348,80
5	MASSA CORRIDA 3,6L	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 16,56	R$ 82,80
4	MOLA HIDRÁULICA DORMA MA 200/4	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 91,00	R$ 364,00
2	LONA PLÁSTICA PRETA 4 X 100 M	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 91,00	R$ 182,00

2	COLA DE CONTATO SUPER, GALÃO DE 3,6L	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R$ 35,90	R$ 71,80
4	SIKATOP 107 GALÃO DE 4 LITROS	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 24,33	R$ 97,32
10	COLAS VARIADAS DE SILICONE TRANSPARENTE 280 ML.	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 9,56	R$ 95,60
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	CLARISSE LEAL FREITAS- 10238535050	R$ 2.600,00	R$ 2.600,00
2	TUBO EM ALUMÍNIO 5 X 10 M	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R$ 100,00	R$ 200,00
20,09	VIDRO TEMPERADO INCOLOR 10MM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R$ 175,00	R$ 3.515,75
1	LOCAÇÃO DE SALA	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
1	MÃO DE OBRA DE EXECUÇÃO	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R$ 200,00	R$ 200,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	H DANTAS & DANTAS LTDA-ME	R$ 3.750,00	R$ 3.750,00
50	AQUISIÇÃO DE LIVRO "QUÍMICA MÁGICA: A EXPERIMENTAÇÃO"	PEDRO PENTEADO DO PRADO - PIS 10640841039	R$ 43,90	R$ 2.195,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R$ 332,00	R$ 332,00
1	SERVIÇO DE DECORAÇÃO	A.C.SILVER EVENTOS LTDA	R$ 2.918,00	R$ 2.918,00
1	CONFECÇÃO DE DOIS PAINÉIS EM LÂMINA ROVERE	FERNANDA SOUZA ME	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
1	CONSERTO DE MESA DE APOIO DO PLENÁRIO	MARIO MÓVEIS LTDA	R$ 980,00	R$ 980,00
2	COLESTEROL TOTAL	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 48,00	R$ 96,00
2	COLESTEROL HDL	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 13,00	R$ 26,00
2	TRIGLICERÍDEOS PP - CAT 459	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 101,00	R$ 202,00
1	QUALITROL 1	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 39,00	R$ 39,00
1	QUALITROL 2	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 39,00	R$ 39,00
2	ÁGUA DEIONIZADA E DESTILADA C/5 LITROS	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 19,00	R$ 38,00
1	VASELINA LIQUIDA - LITRO	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 25,00	R$ 25,00
4	COPOS DE BECKER - 50 ML	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 5,80	R$ 23,20
10	PONTEIRA PARA PIPETA GRANDE 5ML AZUL	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R$ 5,50	R$ 55,00
1	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DE LEIS 200 FOLHAS FORMATO 45,7 C 30, 5CM	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R$ 360,00	R$ 360,00
1	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DE LEIS COMPLEMENTARES COM 100 FOLHAS, FORMATO 45, 7 X 30,5 CM COM APLICAÇÃO DE HOT STAMPING	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R$ 330,00	R$ 330,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	BETINA PETERS ME (RESTAURANTE)	R$ 271,76	R$ 271,76
1	HOTEL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R$ 7.733,31	R$ 7.733,31
1	CILINDRO PARA MÁQUINA FOTOCOPIADORA KONICA MODELO 7255, CÓDIGO - 0950566, ORIGINAL, NOVO DE PRIMEIRO USO.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R$ 1.430,00	R$ 1.430,00
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R$ 13,05	R$ 574,20
132	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R$ 17,10	R$ 2.257,20
11	CARIMBOS RESINA L-20	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R$ 15,00	R$ 165,00
1	CARIMBOS RESINA L-30	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R$ 18,00	R$ 18,00
3	CARIMBO RESINA L-40	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R$ 25,00	R$ 75,00
1	CARIMBO M-15	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R$ 25,00	R$ 25,00
1	CARIMBO PELÍCULA L-20	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R$ 5,00	R$ 5,00
5	SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO DE PIPETADOR DE VOLUME FIXO	JS.M. EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS -LTDA	R$ 45,00	R$ 225,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R$ 283,92	R$ 283,92
1	HOTEL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R$ 114,60	R$ 114,60
50	AQUISIÇÃO DE LIVRO "MINUTOS DE REFLEXÃO"	ANTÔNIO PEREIRA COUTINHO PIS 10244031697	R$ 20,00	R$ 1.000,00
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS - GRANDE FLORIANÓPOLIS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R$ 1.247,40	R$ 1.247,40
1	QUADRO DO ARTISTA PLÁSTICO DIGO TERTSCHITRSCH NA TÉCNICA TINTA A ÓLEO SOBRE MADEIRA MEDINDO 0,58M X 0,43M.	REJANE VARELA - PIS 127.00891.72.6	R$ 2.950,00	R$ 2.950,00
1	CONSERTO DE RELÓGIO PROTOCOLADOR. PATRIMONIO 30852	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R$ 195,00	R$ 195,00
2	LEITEIRA DE ALUMÍNIO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 49,80	R$ 99,60
2	CANECA DE ALUMINIO 1,50ML	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 59,80	R$ 119,60
10	ACENDEDOR DE FOGÃO A GÁS	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 12,80	R$ 128,00
1	RESISTÊNCIA	STEMAC S/A GRUPOS GERADORES	R$ 110,22	R$ 110,22
1	TERMOSTATO BIMETÁLICO	STEMAC S/A GRUPOS GERADORES	R$ 7,55	R$ 7,55
1	SERVIÇO CORRETIVO	STEMAC S/A GRUPOS GERADORES	R$ 247,30	R$ 247,30
1	DESPESAS DE ATENDIMENTO	STEMAC S/A GRUPOS GERADORES	R$ 57,00	R$ 57,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4MM MEDINDO 37,3 X 28,5 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R$ 30,00	R$ 30,00
14	ASSINATURA DO JORNAL DE SANTA CATARINA	RBS ZERO HORA ED. JORNALIST. S/A (J.S.C.)	R$ 538,00	R$ 7.532,00
5	LATA DE THINNER	G.R.O COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 8,27	R$ 41,35

2	SELANTES SELADOR LATA 1 LITRO	G.R.O COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 8,90	R$ 17,80
4	MULTIMASSA TAPA FURO LATA 340G	G.R.O COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 19,09	R$ 76,36
5	TUBOS ESPUMA EXPANSIVA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 32,44	R$ 162,20
2	PREGO SEM CABEÇA 12 X 12 MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 8,78	R$ 17,56
4	GALÃO DE 3,6 LITROS VERNIZ OSMOCOLOR OU SIMILAR, COR IMBUIA	G.R.O COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 55,66	R$ 222,64
40	AMPLIAÇÃO DE FOTOS 40 X60	RUDI BODANESE FOTOGRAFIA LTDA ME	R$ 30,00	R$ 1.200,00
22	CHAPAS DE DAYFOAM	H. SPECK ART, SIGN E SERIGRAFIA LTDA.	R$ 15,50	R$ 341,00
1	ENCADERNAÇÃO DE LIVRO DE ATAS NO FORMATO 21 X 29,7 CM REVESTIDO EM COURINO NA COR PRETA, COM APLICAÇÃO DE HOT STAMPING DE COR OURO NO ACABAMENTO	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R$ 55,00	R$ 55,00
2	VIDRO LISO INCOLOR 4MM MEDINDO 126,5 X 59,5 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO ME	R$ 85,00	R$ 170,00
2	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL LUVA DE VINIL, TAM.G	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 19,80	R$ 39,60
100	RESPIRADOR PFF1 (MÁSCARA DESCARTÁVEL)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 7,80	R$ 780,00
2	LONA PLÁSTICA PRETA 4 X 100 M	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 220,00	R$ 440,00
1	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DIVERSOS - JOTUR E/OU BIGUAÇU	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R$ 649,00	R$ 649,00
10	SUPORTE PARA EXTINTOR METÁLICO	ARTPLAN COMERCIAL LTDA	R$ 147,29	R$ 1.472,90
4	ARGAMASSA 20 KG	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 5,50	R$ 22,00
100	ELETRODUTO MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 1,41	R$ 141,00
20	CAIXA DE SOBREPOR DO SISTEMA X, 75 x 75 x 33mm LINHA TRANSMOBIL CTX 02	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 2,25	R$ 45,00
20	TOMADA ELÉTRICA 2 P + T 10A PB LINHA X TRANSMOBIL	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 8,89	R$ 177,80
20	TOMADA ELETRICA 2P+T 20A (P BRASIL) COM PLACA BC (LINHA X)	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 11,33	R$ 226,60
2	ENCADERNAÇÃO DO DIÁRIO DA ALESC EM CAPA DURA COM REVESTIMETO EM COURINO	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R$ 680,00	R$ 1.360,00
4	CADEIRA DE RODAS EM ALUMÍNIO, MODELO: FREEDOM LUMINA LM	VITAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA ME.	R$ 1.680,00	R$ 6.720,00
1	DIREITO PROCESSUAL CONSTITUICIONAL (MARCUS ORIONE G. CORREIA, EDT. SARAIVA - 4 ED, 2012)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA	R$ 43,50	R$ 43,50
1	O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO, LUIS ROBERTO BARROSO - EDT. SARAVIVA - 6 ED, 2012	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA	R$ 81,75	R$ 81,75
1	CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE ADI, ADC, ADO, AUTOR: GILMAR FERREIRA MENDES, EDITORA SARAIVA, 1 ED, 2012	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA	R$ 111,00	R$ 111,00
1	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL EM VIGOR, AUTOR: THEOTONIO NEGRÃO ET AL, EDITORA SARAIVA, 44 ED, 2012	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA	R$ 216,75	R$ 216,75
1	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, AUTOR: PAULO G.G. BRANCO E GILMAR F. MENDES, EDITORA SARAIVA, 6 ED, 2011	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA	R$ 134,25	R$ 134,25
1	DIREITO ELEITORAL: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E RESPONSABILIDADE FISCAL - NOÇÕES GERAIS, AUTOR: DJALMA PINTO, EDITORA ATLAS, 5 ED, 2010	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS LTDA	R$ 58,10	R$ 58,10
1	LEGISLAÇÃO ELEITORAL INTERPRETADA - DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA, AUTORES: RUI STOCO E LEANDRO STOCO, EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2010	LIVRARIA DO ADVOGADO EDITORA LTDA	R$ 150,80	R$ 150,80
1	O SERVIDOR PÚBLICO NAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS AUT. IVAN BARBOSA RIGOLIN, EDITORA FÓRUM, 3 ED, 2008	LIVRARIA DO ADVOGADO EDITORA LTDA	R$ 49,00	R$ 49,00
1	ELEIÇÕES: RADIOGRAFIA DA LEI 9.504/97 - ENCADERNAÇÃO ESPECIAL - REVISTA E ATUALIZADA, AUT. OLIVAR CONEGLIAN, EDITORA JURUÁ, 7 ED, 2012	LIVRARIA DO ADVOGADO EDITORA LTDA	R$ 97,93	R$ 97,93
1	USO ELEITORAL DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, AUT. MARLON J. REIS, EDITORA FGV, 2006	LIVRARIAS MOHR LTDA. ME	R$ 21,00	R$ 21,00
10	PEN DRIVE CAPACIDADE DE 8.0 GB	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R$ 28,60	R$ 286,00
3	LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE RADIOPRO PLENÁRIO(GRAVAÇÃO DIGITAL)	RADIOPRO SISTEMAS LTDA	R$ 2.615,00	R$ 7.845,00
40	FITA BACKUP LTO4 (HOMOLOGADA PELA IBM) COMPATÍVEL COM LIBRARY TS3200.	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R$ 131,89	R$ 5.275,60
40	ETIQUETA PARA FITA DAT LTO4	SUPERINFO AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	R$ 4,75	R$ 190,00
10	FITA ADESIVA PARA ROTULADOR ELETRÔNICO BROTHER TZ-S221 - 3/8¨ (9MM).	GH TECH COMERCIO DE MATERIAIS DE TELEINFORMATICA LTDA ME	R$ 65,00	R$ 650,00
4	TECLA DE ACIONAMENTO PARA VALVULA DESCARGA	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 10,50	R$ 42,00
2	MÃO FRANCESA - SUPORTE PARA PRATELEIRA METALICA DE 40 CM	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 11,90	R$ 23,80
50	TIJOLO DE BARRO MACIÇO	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 0,47	R$ 23,50
1	BARRA DE AÇO CA 50 3/8 " PARA CONSTRUÇÃO (FERRO)	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 27,95	R$ 27,95

1	CIMENTO SACO COM 50 KG	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 23,30	R$ 23,30
1	ARGAMASSA MÉDIA FINA PARA REBOCO	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 4,30	R$ 4,30
5	AREIA GROSSA	SUPERMATEC SUPERMERCADÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R$ 3,40	R$ 17,00
50	ESTOJO COM BERÇO PARA ACONDICIONAR TROFÉUS MEDINDO 25 X 14 X 13 CM	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R$ 68,00	R$ 3.400,00
10	PRODUTO ANTI MOFO QUISECO, POTE COM 80 GRAMAS, PARA CONSERVAÇÃO DE PAPÉIS E LIVROS.	COMERCIAL DE FERRAGENS MILIUM LTDA	R$ 4,40	R$ 44,00
1	ASSINATURA DO JORNAL CORREIO ABELARDENSE	AGÊNCIA DE NOTÍCIAS TALK SHOW LTDA	R$ 250,00	R$ 250,00
1	TONNER BLACK REF. 31091R	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 280,00	R$ 280,00
1	TONNER CYAN REF. 31092R	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 634,00	R$ 634,00
1	TONNER MAGENTA REF. 31093R	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 634,00	R$ 634,00
1	TONNER YELLOW REF. 31094R	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 634,00	R$ 634,00
2	TONNER P&B REF. 21905	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 250,00	R$ 500,00
1	TONNER P&B REF. 21354	XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA)	R$ 180,00	R$ 180,00
1	ASSINATURA ANUAL DA REVISTA MAGAZINE 21	SPEED VIDEO LTDA ME	R$ 120,00	R$ 120,00
2	PLOTAGEM TAMANHO A1 P/B SULFITE	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R$ 2,00	R$ 4,00
36	PLOTAGEM AO PRETO E BRANCO SULFITE.	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R$ 4,00	R$ 144,00
8	PLOTAGEM TAMANHO A1 EST, P/B SULFITE	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R$ 2,50	R$ 20,00
300	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, MEDIDA EXTERNA 25X36X13CM, CONFECCIONADA EM PAPELÃO FORMADO POR DUAS CAPAS KRAFT (UMA EXTERNA E OUTRA INTERNA) E MIOLO RECICLADO	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 0,98	R$ 294,00
200	LÁPIS PRETO 2B	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 0,15	R$ 30,00
20	GRAMPO TRANÇADO Nº 01 CAIXA COM 12 UNIDADES	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 1,80	R$ 36,00
180	CHÁS DIVERSOS, CAIXA DE 30G CONTENDO 10 SAQUINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, COM MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS.	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 1,65	R$ 297,00
20	BOMBONA PLASTICA DE 20 LITROS, PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA MINERAL	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 13,50	R$ 270,00
10	GARRAFA TÉRMICA COM ALÇA, TAMPA DE PRESSÃO, SERVE JATO, CAPACIDADE DE 1 LITRO	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 57,00	R$ 570,00
10	GARRAFA TÉRMICA SEM PRESSÃO, TAMPA DE ROSCA, CAPACIDADE DE 1 LITRO	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 42,00	R$ 420,00
200	PILHA PEQUENA ALCALINA LR6/1.5V - AA, FORMATO CILÍNDRICO, EMBALAGEM DE PAPELÃO COM PLÁSTICO DE PROTEÇÃO COM DUAS UNIDADES.	TONER SHOP SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R$ 1,60	R$ 320,00
20	CARTUCHO DE TINTA TRICOLOR C6578-AI (HP 78) (ORIGINAL PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 930/1220/3820	TONER SHOP SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R$ 79,90	R$ 1.598,00
20	CARTUCHO DE TINTA COR C9363 - WI (HP 97) (ORIGINAL) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5940/ 6940	TONER SHOP SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R$ 83,90	R$ 1.678,00
20	CARTUCHO DE TINTA COR C8767-WI (HP 96) ORIGINAL, PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5940/6940.	TONER SHOP SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R$ 73,90	R$ 1.478,00
200	DVD-R GRAVÁVEL COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 8X, 4,7GB, 120 MINUTOS, COM CAPA INDIVIDUAL EM ACRÍLICO	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R$ 1,22	R$ 244,00
3	FITA 3M PARA ESTERILIZAÇÃO	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 5,45	R$ 16,35
2	DESINCRUSTANTE ÁCIDO DESOXID (RENOVADOR DE INSTRUMENTO)	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 17,50	R$ 35,00
5	CABO DE ESPELHO	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 18,50	R$ 92,50
5	ESPELHO BUCAL	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 10,88	R$ 54,40
10	SUGADORES PLÁSTICOS DESCARTÁVEL DFL	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 2,66	R$ 26,60
1	VERNIZ DE FLUORETO DE SÓDIO A 5% - DURAFHAT	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 201,48	R$ 201,48
2	GERME RIO DESINFETANTE QUÍMICO	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 25,82	R$ 51,64
5	LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTOS TAM. EP (5-51/2)	ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA (KOBRASOL)	R$ 16,46	R$ 82,30
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R$ 957,00	R$ 957,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP. DÓIA GUGLIELMI	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 130,00	R$ 130,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP.ROMILDO TITON	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 130,00	R$ 130,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP.VOLNEI MORASTONI	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 438,00	R$ 438,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP.ISMAEL DOS SANTOS	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 292,00	R$ 292,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP. MAURÍCIO ESKUDLARK	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 584,00	R$ 584,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP. PADRE PEDRO	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 720,00	R$ 720,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP. VALMIR COMIN	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 505,00	R$ 505,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP.DIRCE HEIDERSCHEIDT	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 146,00	R$ 146,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO DEP. ELISEU MATOS	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 130,00	R$ 130,00
1	CONSERTO DE JANELA DE ALUMÍNIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 130,00	R$ 130,00
1	CONSERTO DE JANELA DE ALUMÍNIO CORREDOR DO 1º ANDAR	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 730,00	R$ 730,00

1	CONSERTO DE JANELA DE ALUMÍNIO CORREDOR DO 2º ANDAR	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 292,00	R$ 292,00
1	CONSERTO JANELA DE ALUMÍNIO CORREDOR 3º ANDAR	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 130,00	R$ 130,00
30	VIDROS ÂMBAR COM CONTA GOTAS 30ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 1,75	R$ 52,50
20	VIDROS ÂMBAR COM CONTA GOTAS 50ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 2,60	R$ 52,00
2	FLORAL DE SAINT GERMAIN LÓTUS MAGNÓLIA 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 50,00
2	FLORAL DE SAINT GERMAIN LÍRIO DA PAZ 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 50,00
2	FLORAL DE SAINT GERMAIN BOA SORTE 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 50,00
4	FLORAL DE SAINT GERMAIN SÃO MIGUEL 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 100,00
4	FLORAL DE SAINT GERMAIN INCENSUM 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 100,00
3	FLORAL DE SAINT GERMAIN MYRTUS 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 75,00
1	KIT DE FLORAIS DE BACH	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00
2	FLORAIS DE SAINT GERMAIN EMERGENCIAL 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 32,00	R$ 64,00
3	FLORAIS DE SAINT GERMAIN CHAPÉU DE SOL 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 75,00
3	FLORAL DE SAINT GERMAIN CARRAPICHÃO 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 75,00
4	FLORAL DE SAINT GERMAIN ALLIUM 10ML	EMPÓRIO HOLISTICO CIA. DA NATUREZA LTDA.	R$ 25,00	R$ 100,00
3	PLOTAGEM PRETO & BRANCO SULF A1	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R$ 3,00	R$ 9,00
27	PLOTAGEM PRETO & BRANCO SULF A0	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R$ 5,00	R$ 135,00
2	CONSERTO DE PERSIANA EM MADEIRA - CORTE, LUBRIFICAÇÃO E REINSTALAÇÃO.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 80,00	R$ 160,00
3	CONSERTO DE PERSIANA EM MADEIRA - TROCA DE COMPONENTES, LUBRIFICAÇÃO E REINSTALAÇÃO.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 70,00	R$ 210,00
1	ESTANTE SINFÔNICA PARA PARTITURA	ISADE MUSICAL LTDA ME	R$ 133,80	R$ 133,80
3	CONSERTO DE PERSIANAS HORIZONAL EM ALUMÍNIO - CORTE, TROCA DE CORDA E REINSTALAÇAO.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 70,00	R$ 210,00
1	PERSIANA HORIZONAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDINDO 1,41 X 1,85.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 221,00	R$ 221,00
1	PERSIANA HORIZONAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDINDO 1,43 X 1,85.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 224,00	R$ 224,00
1	PERSIANA HORIZONTAL EM ALUMÍNIO 16 MM, MEDINDO 1,71 X 0,39.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME	R$ 175,00	R$ 175,00
29	RENOVAÇAO DE ASSINATURA JORNAL DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SC	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	R$ 385,00	R$ 11.165,00
1	FECHAMENTO DE RACK	OLADIZA ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA-ME	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
1	ASSINATURA ANUAL DA REVISTA EM FOCO	EDITORA JG LTDA	R$ 65,00	R$ 65,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SCHORK TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA	R$ 2.678,40	R$ 2.678,40
1	HOTEL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R$ 3,50	R$ 3,50
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R$ 283,92	R$ 283,92
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SCHORK TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA	R$ 2.678,40	R$ 2.678,40
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA- PIS-106137460-12	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JACQUES MICK-122-38575-00-8	R$ 1.575,00	R$ 1.575,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LEONARDO SECCHI PIS:128.180.862-74	R$ 1.575,00	R$ 1.575,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R$ 957,00	R$ 957,00
1	PORTA AUTOMÁTICA COMPLETA INCLUINDO VIDROS, ESTRUTURA METÁLICA SISTEMA DE AUTOMATISMO OPERADOR MILLENNIUM LIGHT.	TECNOPORT TECNOLOGIA EM PORTAS E PORTÕES AUTOMÁTICOS LTDA	R$ 7.980,00	R$ 7.980,00
1	MOBILIÁRIO TIPO BALCÃO, SOB MEDIDA, EM MDF, TAMPO EM GRANITO, MEDINDO 140/111 X 0,40 X 110.	MARIO MÓVEIS LTDA	R$ 2.980,00	R$ 2.980,00
70	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA COM TEMPO DE AUTONOMIA DE 6 HORAS, 30 LED, 2W BI VOLT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 28,00	R$ 1.960,00
70	TOMADA ELÉTRICA 2 P + T 10A PB LINHA X TRANSMOBIL	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 5,50	R$ 385,00
25	CANALETA PVC BRANCA 20 X10	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R$ 2,40	R$ 60,00
2	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL 2,50 MM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 59,65	R$ 119,30
4	PAPEL HITI PARA IMPRESSORA P510S	GUSTAVO FERRAMOLA GARCIA-ME	R$ 150,00	R$ 600,00
2	SOFA DE 2 LUGARES, REVESTIMENTO EM COURINO (CAPITONE)	ALTERNATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COMPLEMENTOS LTDA	R$ 3.014,00	R$ 6.028,00
1	MESA DE CENTRO MEDINDO 100X0,60 X 0,38 COM 4 PÉS REBAIXADOS, ESTRUTURA EM MDF COR IMBUIA	ALTERNATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COMPLEMENTOS LTDA	R$ 1.050,00	R$ 1.050,00
2	LUMINÁRIA DE SOBREPOR BRANCA, 04/16W,T8	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R$ 106,48	R$ 212,96
4	BANDEIRA DE SANTA CATARINA 12 PANOS.	SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA.	R$ 1.250,00	R$ 5.000,00
3	BANDEIRA DE SANTA CATARINA 6 PANOS.	SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA.	R$ 310,00	R$ 930,00
3	BANDEIRA DO BRASIL 6 PANOS.	SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA.	R$ 280,00	R$ 840,00
8	BANDEIRA DO BRASIL 2,5 PANOS.	SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA.	R$ 65,00	R$ 520,00
10	BANDEIRA DE SANTA CATARINA 2,5 PANOS.	SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA.	R$ 65,00	R$ 650,00
1	ASSINATURA ANUAL DO JORNAL A HORA	LÍLIA MÁRCIA KAWKA ME.	R$ 300,00	R$ 300,00
1	ASSINATURA DO JORNAL "O JORNAL"	EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA	R$ 350,00	R$ 350,00
1	ASSINATURA DO JORNAL O IMPARCIAL	DYS EDITORA LTDA	R$ 150,00	R$ 150,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R$ 31,80	R$ 318,00
10	FITA ISOLANTE COM COLA, MEDINDO 19MM X 20M	ERNEI JOSÉ SCHIMTT ME	R$ 10,40	R$ 104,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOSÉ DIMAS D'AVILA MACIEL MONTEIRO PIS-1222393028-1	R$ 1.330,00	R$ 1.330,00
24	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO, DE SACARINA, NÃO CONTENDO GLÚTEN, FRASCO COM 100 ML	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 1,90	R$ 45,60
300	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO EM POLIETILENO TRANSPARENTE E INCOLOR, PONTA MÉDIA 1 MM DE TUNGSTÊNIO, NA COR VERMELHA.	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,21	R$ 63,00
50	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE, NA COR VERDE	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,37	R$ 18,50
50	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE, NA COR AMARELA	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,37	R$ 18,50

100	CLIPS ARAME DE AÇO NIQUELADO Nº 01, CAIXA COM 100 UNIDADES	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,72	R$ 72,00
30	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, FRASCO COM 18ML	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,55	R$ 16,50
20	CONJUNTO ÚNICO DE ACRÍLICO OU PLÁSTICO, COM PORTA CANETAS/CLIPS/RECADOS, NA COR PRETA OU FUMÊ MEDINDO APROX. 9,5 X 10 X 9,5CM	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 3,93	R$ 78,60
50	ETIQUETA BRANCA FORMATO CARTA, DUAS COLUNAS, MEDINDO 33,9 X 101,6 MM, CAIXA COM 100 FOLHAS CADA, 14 ETIQUETAS POR FOLHA (PIMACO OU SIMILAR).	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 14,30	R$ 715,00
50	FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAMANHO 12 MM X 30 M, TIPO POLIPROPILENO	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,28	R$ 14,00
60	PASTA CARTOLINA PLASTIFICADA, COM ELÁSTICO MEDINDO 25 X 35 CM	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,78	R$ 46,80
20	PASTA AZ LOMBADA LARGA, TAMANHO OFÍCIO COM FERRAGEM CROMADA	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 3,98	R$ 79,60
30	PASTA CATÁLOGO CAPA PRETA COM 10 PLÁSTICOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 33 X 24 CM	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 2,63	R$ 78,90
200	DVD-R GRAVÁVEL COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 8X, 4,7GB, 120 MINUTOS, COM CAPA INDIVIDUAL EM ACRÍLICO	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 1,11	R$ 222,00
15000	ENVELOPE SACO PARDO KRAFT OU OURO MEDINDO APROXIMADAMENTE 360 X 260 MM.	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.	R$ 0,12	R$ 1.800,00
10000	ENVELOPE SACO PARDO KRAFT OU OURO MEDINDO APROXIMADAMENTE 250 X 170 MM.	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA.	R$ 0,07	R$ 700,00
2000	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA MÉDIA; CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO; PONTA DE TUNGSTENIO; CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO; CARGA REMOVÍVEL NÃO ROSQUEADA; TAMPA CONICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO; PROTETOR DE PLÁSTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA; TAMANHO COM TAMPA APROX. 15CM, NA COR AZUL	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,21	R$ 420,00
800	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA MÉDIA; CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO; PONTA DE TUNGSTENIO; CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO; CARGA REMOVÍVEL NÃO ROSQUEADA; TAMPA CONICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO; PROTETOR DE PLÁSTICO ENTRE A CARGA E O CORPO DA CANETA; TAMANHO COM TAMPA APROX. 15CM, NA COR PRETA	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,21	R$ 168,00
20	ELÁSTICO LATÉX Nº 18, CAIXA COM 25G	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,63	R$ 12,60
10000	ENVELOPE OFÍCIO BRANCO 75 MG MEDINDO APROXIMADAMENTE 114 X 229 MM.	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,04	R$ 400,00
20	EXTRATOR DE GRAMPOS, TIPO ESPÁTULA, INOXIDÁVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 A 16 CM X 10,5MM	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 1,64	R$ 32,80
1	PAPEL TIPO CONTACTO TRANSPARENTE AUTO-ADESIVO, CADA ROLO COM 25M.	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 23,10	R$ 23,10
20	PERFURADOR METÁLICO COM CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS 75G/M²	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 6,30	R$ 126,00
20	TESOURA MULTIUSO, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL E CABO PLÁSTICO, TRÊS DEDOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 21 CM, NA COR PRETA OU MARINHO	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 2,31	R$ 46,20
10	ETIQUETA BRANCA FORMATO CARTA, MEDINDO 138,11X212,73 MM, CAIXA COM 100 FOLHAS, 02 ETIQUETAS POR FOLHA.	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 13,30	R$ 133,00
50	APONTADOR EM MATERIAL PLÁSTICO COM UM FURO E LÂMINA DE AÇO TEMPERADO PRÁTICO CORES DIVERSAS PARA LÁPIS CONVENCIONAL	ALEXANDRA DOS PASSOS ME	R$ 0,08	R$ 4,00
40	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, COM CAPACIDADE PARA 180 ML, TRANSLUCIDO, MASSA MÍNIMA DE 1,98G, CAIXA COM 2.500 UNIDADES CONFORME NORMAS ABNT	ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA	R$ 55,00	R$ 2.200,00
10	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, COM CAPACIDADE PARA 80 ML, TRANSLUCIDO, MASSA MÍNIMA DE 0,75G, CAIXA COM 2.500 OU 5000 UNIDADES CONFORME AS NORMAS ESTABELECIDAS DA ABNT	ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA	R$ 45,00	R$ 450,00
10	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL LATEX TAMANHO "P"	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R$ 15,20	R$ 152,00
30	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 MM X 50 M.	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R$ 1,54	R$ 46,20
30	RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE, ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM E 35 MM DE LARGURA, GRADUADA EM 30 CM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R$ 0,17	R$ 5,10
20	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, COBREADO 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES	TONER SHOP SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R$ 1,80	R$ 36,00
30	GRAMPEADOR MÉDIO COM ESTRUTURA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA, PARA GRAMPOS 26/6, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR 20 FOLHAS, COM BASE ANTIDERRAPANTE	TONER SHOP SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	R$ 5,20	R$ 156,00

*** X X X ***